

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Dostoiewski Champagnatte
(Organizadores)

HUMAN SCIENCES IN PERSPECTIVE:

reflections on culture, society
and behavior



Atena
Editora
Ano 2024

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Dostoiewski Champangnatte
(Organizadores)

HUMAN SCIENCES IN PERSPECTIVE:

*reflections on culture, society
and behavior*



Atena
Editora
Ano 2024

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Human sciences in perspective: reflections on culture, society and behavior

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
 Elisângela Maura Catarino
 Dostoiowski Champangnatte

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
H918	Human sciences in perspective: reflections on culture, society and behavior / Organizers Marcelo Máximo Purificação, Elisângela Maura Catarino, Dostoiowski Champangnatte. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-2099-6 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.996241601 1. Human sciences. I. Purificação, Marcelo Máximo (Organizer). II. Catarino, Elisângela Maura (Organizer). III. Champangnatte, Dostoiowski (Organizer). IV. Title.
CDD 301	
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.






DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Caros leitores, saudações.

Pensar as ciências humanas e suas perspectivas relacionadas à cultura, à sociedade e ao comportamento não é fácil. Contudo, o intercâmbio científico cultural, desenvolvido por professores, pesquisadores, programas de pós-graduação e instituições, tem contribuído sobremaneira para o avanço das perspectivas nas ciências humanas. Nessa linha, trazemos até vocês caros leitores a organização, intitulada - “Human sciences in perspective: reflections on culture, society and behavior” - organizado em cinco capítulos que cruzam visões e perspectivas científicas entre pesquisadores nacionais e internacionais, no que diz respeito às reflexões sobre cultura, sociedade e comportamento, vistas pela lupa científica das ciências humanas. O primeiro capítulo propõe uma análise didática do conceito de poder para Michel Foucault, explorando a desconstrução realizada por Gilles Deleuze (2005). O segundo capítulo apresenta o projeto de investigação em rede (2024-2027) que visa desenvolver ações de cooperação e intercâmbio entre investigadores de instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras (Cabo Verde, Cuba e Portugal). O terceiro capítulo apresenta a compreensão de diferentes teóricos sobre o surgimento das cidades durante a Baixa Idade Média, as classificações e categorias historiográficas mais comuns para falar do objeto cidade, bem como da higiene naquele período. O quarto capítulo analisa os principais fatores associados à violência no namoro em estudantes do ensino médio (do México) e, por fim, o quinto capítulo é uma investigação antropológica focada nas manifestações religiosas afro-brasileiras presentes no estado do Rio Grande do Sul (batuque, extremo sul do Brasil), a partir de um conjunto de fontes documentais e imagéticas disponíveis na Alemanha que tomam como objeto de análise uma coleção de artefatos rituais afrogaúchos depositados no Museu Etnológico de Berlim e suas possíveis consequências. Portanto, um trabalho rico em perspectivas teóricas e diálogos culturais, que pode contribuir sobremaneira para ampliar as reflexões na área de ciências humanas e afins. Desejamos a todos uma boa leitura e boas reflexões.

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Dostoiewski Champangnatte

CAPÍTULO 1	1
REPENSANDO O PODER EM MICHEL FOUCAULT: UMA ANÁLISE À LUZ DE DELEUZE	
Maria Luza Chianca Tavares Barbosa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9962416011	
CAPÍTULO 2	10
POLÍTICAS, FORMAÇÃO DE PROFESSORES, CULTURA E QUESTÕES ATUAIS: DESDOBRAMENTOS NO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - UM OLHAR NO CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL	
Marcelo Máximo Purificação	
Elisângela Maura Catarino	
Dostoiewski Champangnatte	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9962416012	
CAPÍTULO 3	23
O SURGIMENTO DAS CIDADES NA BAIXA IDADE MÉDIA OCIDENTAL: ORIGENS, ORGANIZAÇÃO E HIGIENE	
Gessica de Brito Bueno	
Eduardo Mangolim Brandani da Silva	
Rodrigo Perles Dantas	
Christian Fausto Moraes dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9962416013	
CAPÍTULO 4	41
FACTORES ASOCIADOS A LA VIOLENCIA EN EL NOVIAZGO EN LA ESCUELA SECUNDARIA	
Irma Isabel Salazar-Mastache	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9962416014	
CAPÍTULO 5	52
ARTEFATOS SAGRADOS DA RELIGIOSIDADE AFROBRASILEIRA: UMA ETNOGRAFIA DA COLEÇÃO PIETZCKER DO MUSEU ETNOLÓGICO DE BERLIM	
Ana Paula Lima Silveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9962416015	
SOBRE OS ORGANIZADORES	71
ÍNDICE REMISSIVO	74

REPENSANDO O PODER EM MICHEL FOUCAULT: UMA ANÁLISE À LUZ DE DELEUZE

Data de submissão: 15/12/2023

Data de aceite: 02/01/2024

Maria Luza Chianca Tavares Barbosa

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa - PB

<https://orcid.org/0000-0003-0935-5652>

RESUMO: Este trabalho propõe uma análise didática do conceito de poder para Michel Foucault, explorando a desconstrução realizada por Gilles Deleuze (2005). A abordagem busca ilustrar como a teoria foucaultiana apresenta contrapontos à perspectiva tradicional marxista em relação o poder. Além disso, propomos a reflexão sobre como o poder é concebido, exercido e resistido nas dinâmicas sociais contemporâneas. A compreensão resultante revela uma polivalência tática nos discursos, evidenciando a complexidade das interações e sua influência nas estruturas de poder.

PALAVRAS-CHAVE: Poder. Michel Foucault. Gilles Deleuze.

**RETHINKING POWER IN MICHEL
FOUCAULT: AN ANALYSIS IN THE
LIGHT OF DELEUZE**

ABSTRACT: This work proposes a didactic

analysis of the concept of power in Michel Foucault, exploring the deconstruction carried out by Gilles Deleuze (2005). The approach seeks to illustrate how Foucaultian theory presents counterpoints to the traditional Marxist perspective on power. In addition, we propose reflection on how power is conceived, exercised, and resisted in contemporary social dynamics. The resulting understanding reveals a tactical versatility in discourses, highlighting the complexity of interactions and their influence on power structures.

KEYWORDS: Power. Michel Foucault. Gilles Deleuze.

Michel Foucault, apesar de ser vastamente conhecido como o “filósofo do poder”, alega que o objetivo de suas pesquisas, na verdade, era de “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (Foucault, 1995, p. 231). Para o autor, o poder não está relacionado a uma teoria da ciência política. O que ele busca de fato é entender o funcionamento, a ação e os efeitos do poder. Em sua discussão, ele propõe uma

forma de pensar que produzirá um deslocamento em relação a formas tradicionais, trazendo para os estudos da objetivação do sujeito a necessidade de se entender as dimensões de uma definição de poder.

O poder, de acordo com o autor, não deve ser analisado como se fosse um conceito ou uma substância que se detém ou que se pode ceder. Em vez disso, deve ser entendido como algo que se exerce por meio de uma série de práticas e estratégias relacionadas aos mais diversos interesses. Ademais, é crucial considerar que, para Foucault, o poder é onipresente; isto é:

O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares [...] O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada. (Foucault, 1999, p.88).

Estamos, então, falando de um poder que surge a cada momento e em todos os momentos, não concentrado em instituições, mas presente nas mais diversas esferas da sociedade. Funciona como uma rede penetrante que atravessa e perpassa a todos, produzindo subjetividades. Mesmo quando algumas relações parecem mais evidentes, especialmente aquelas em que um “detém um poder” e o outro “obedece”, estamos inseridos nessa força, inclusive quando produzimos saberes. O saber está intrinsecamente relacionado ao poder, uma vez que o poder não pode disciplinar os indivíduos sem produzir, simultaneamente, um discurso de saber que os objetiva e permite uma subjetivação. Conforme Revel (2005) destaca, as relações entre poder/saber caminham paralelamente, envolvendo uma análise que não apenas examina como os indivíduos tornam-se sujeitos de poder, mas também como é exigido que os sujeitos produzam discursos sobre si.

Considerando isso, Foucault destaca a importância de **romper com a perspectiva tradicional que concebe o poder apenas como um mecanismo de controle**. Embora seja inegável que o poder exerça repressão em diversos momentos, para Foucault, sua essência vai além desse entendimento restritivo. O ponto crucial para ele é ressaltar que o poder não apenas controla, mas também produz. Como afirma Foucault (1989, p.133), “o poder, longe de impedir o saber, o produz”. Ele é um gerador de desejos, crenças, moral, virtudes, sentimentos e uma série de elementos que aparentam fazer parte da natureza humana, inclusive aqueles que parecem desvinculados dessas relações. Isso implica que o poder não está presente somente nas relações que oprimem e limitam os sujeitos, mas também nas que são consideradas positivas para eles. Ademais, o poder está intrinsecamente entrelaçado entre práticas, saberes, instituições e aparelhos, não se limitando a uma estrutura específica.

Deleuze (2005), ao empregar obras fundamentais nas teorias foucaultianas, propõe uma análise do modo como Foucault desenvolve suas reflexões sobre o saber, o poder e os processos de subjetivação. Especificamente em relação ao poder, o autor empreende

uma **desconstrução de certos postulados que caracterizam a posição tradicional da esquerda marxista**. Nesse contexto, Deleuze ilustra como a teoria foucaultiana apresenta contrapontos a essa perspectiva consolidada.

O postulado inicial refere-se à **propriedade**. Nesse ponto, questiona-se a ideia de poder exercido verticalmente, emanando da classe dominante para atingir a classe dominada, uma vez que se compreende que o poder não é a propriedade exclusiva de uma classe específica. Consequentemente, não é possível possuir, adquirir ou perder o poder. Pelo contrário, ele é concebido como uma estratégia que se manifesta e circula entre classes, sujeitos e instituições. Isso não implica, contudo, em negar a existência das classes e de suas lutas, mas sim em submeter à análise os procedimentos e a transitoriedade das relações de força, conforme destacado por Deleuze (2005).

O segundo postulado refere-se à **localidade**. De acordo com Foucault (1995), o poder não está confinado apenas ao Estado, mas está presente em todas as relações microfísicas que permeiam a sociedade. Trata-se de um poder não localizável, pois não possui um centro fixo, mas é difundido: o poder não é tangível o suficiente para determinarmos com precisão onde se encontra, embora seja mais visível em algumas instâncias. Dessa forma, seguindo a perspectiva de Foucault (1995), concebemos o poder como um conjunto de relações que atravessam todo o corpo social, não sendo exclusivamente derivado do Estado, embora tradicionalmente seja abordado a partir dessa ótica. O poder é reconhecido como uma dimensão constitutiva de nossa realidade.

Não acredito que devêssemos considerar o “Estado moderno” como uma entidade que se desenvolveu acima dos indivíduos, ignorando o que eles são e até mesmo sua própria existência, mas, ao contrário, como uma estrutura muito sofisticada, na qual os indivíduos podem ser integrados sob uma condição: que a esta individualidade se atribuisse uma nova forma, submetendo-a a um conjunto de modelos muito específicos (Foucault, 1995, p. 237).

Dessa forma, o poder não é gerado apenas pela atividade de um sujeito, por uma instituição ou pelo Estado em si; o sujeito é resultado das relações intrínsecas entre o poder/saber, que constituem e determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. O poder não é uma propriedade, mas sim uma estratégia. Não há alguém ou algo que detenha o poder; o que existem são relações de poder nas quais as pessoas estão inseridas, embora esses poderes também possam ser hierarquizados. O caráter microfísico do poder, no sentido mais literal das palavras, confirma esse pensamento quando consideramos o “micro” como a ideia de que essas relações de poder emanam de todos os lugares, não apenas de figuras que simbolizam concentração de poder. É necessária uma quantidade vasta em uma rede de várias pequenas relações de poder conectadas, diariamente, a cada segundo, para que algo maior exista. Já o caráter “físico” da expressão remete à ideia de que o poder não se insere apenas na base ideológica e mental, mas também na base física (corpos). As relações corporais estão repletas de poder, não apenas de crenças ou

racionalidades dos sujeitos.

Quanto ao terceiro postulado, o da **subordinação**, ele se preocupa com os modos de funcionamento do poder: como ele opera, como se efetiva e de que maneira sutil e, muitas vezes, quase invisível, ele se manifesta nas relações. Nesse sentido, não há uma submissão do poder aos modos de produção, como proposto pelo marxismo. Essa nova análise não se concentra nas intenções do poder, pois se compreende que ele pode ser exercido inconscientemente. O poder permeia toda a sociedade e, em cada conexão estabelecida, assim como em cada prática que exerce, tem um papel de produção, não de subordinação. É por isso que não existe relação de poder que não tenha como efeito a produção de saberes, assim como não há um saber livre das relações de poder, pois saber e poder estão diretamente implicados (Deleuze, 2005).

O processo de subjetivação dos indivíduos, isto é, a formação dos seres humanos como sujeitos históricos, é permeado por relações de poder: são processos de objetivação e não podem ser dissociados. O sujeito não possui uma universalidade; ele está enraizado em um contexto sociocultural e é um produto do conjunto de relações estabelecidas nesse ambiente (Foucault, 1995). Nesse contexto, escolhemos como foco de análise um conjunto de relações que os indivíduos estabelecem entre si (o poder que um exerce sobre os outros), em vez de considerar o poder como uma dualidade entre oprimidos e opressores (relações assimétricas onde um detém o poder e o outro não). A genealogia do poder, para Foucault, está intrinsecamente ligada a uma história da subjetividade que retrocede para examinar as modalidades de seu exercício: isso significa que o poder é inerente à emergência histórica de “seus modos de aplicação quanto aos instrumentos que ele se dá, os campos onde ele intervém, a rede que ele desenha e os efeitos que ele implica numa época dada” (Revel, 2005, p.67).

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali, nunca está em mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder, e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (Foucault, 1989, p. 183).

Dessa forma, o poder não pode disciplinar os indivíduos sem, simultaneamente, gerar um discurso de saber que os objetiva e possibilita a experiência da subjetivação. Conforme Revel (2005), as relações entre poder/saber ocorrem de maneira paralela, caracterizando-se por uma análise que não se restringe apenas a examinar como os indivíduos se tornam sujeitos de poder, mas também considera a exigência de que os sujeitos produzam discursos sobre si mesmos.

No postulado da **essência**, observamos uma crítica à retórica marxista, que não abarca todas as instâncias do poder. Nesse contexto, é imperativo pensar em um poder

que investe e atravessa todas as esferas da vida social; em outras palavras, não há sujeitos isentos do poder. Embora possam ser objetos de ação do poder, também têm a capacidade de exercê-lo. Dessa maneira, não existe uma essência do poder que coloque um lado como “dominante” e o outro como “dominado”. Além disso, não podemos atribuí-lo exclusivamente a uma classe, pois o poder é um conjunto de relações de força que permeia toda a sociedade, desde as classes dominantes até as classes dominadas. Deleuze (2005) nos convida à reflexão, sugerindo que, para Foucault, é essencial iniciar uma investigação sobre o poder compreendendo como ele opera em suas extremidades, nas áreas mais visíveis. Ao descrever e analisar os processos históricos de construção e fortalecimento de novos poderes, Foucault (1989) delinea as características das instituições e Estados modernos. Uma das conclusões fundamentais de sua pesquisa genealógica é que o poder tem uma dimensão capilarizada, não estando necessariamente concentrado em uma instância institucional como o Estado, mas sim permeando todos os “poros” do corpo social.

Mas quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana. (Foucault, 1995, p.131).

Pensar o poder a partir das relações microfísicas implica entender que ele não está situado apenas no Estado e nas instituições; ao contrário, requer a investigação das relações de força e dos dispositivos de poder que as instituem como tais. No quinto lugar, surge o postulado da **modalidade**. Enquanto para a esquerda tradicional o poder é frequentemente reduzido à dualidade “ideologia ou violência”, Foucault, em sua fase genealógica, rejeita essa ideia, afirmando que o poder é um conjunto de relações de força que não se manifesta necessariamente de maneira repressora sobre os corpos. Antes de oprimir, o poder produz os sujeitos, os desejos e a própria realidade.

O sexto postulado, o da **legalidade**, apresenta uma reflexão profunda, segundo Deleuze (2005). Ele destaca a ideia de Foucault de que “a lei é sempre uma composição de ilegalismos, que ela diferencia ao formalizar” (Deleuze, 2005, p. 39). Neste postulado, exclui-se a oposição entre lei e ilegalidade, propondo uma correlação entre os dois. Assim, a lei é concebida como uma gestão de ilegalismos, permitindo que alguns funcionem como privilégio, tolerando outros como forma de equidade para grupos oprimidos e, em seguida, proibindo outros.

Alvim (2011) introduz um sétimo postulado, o da **resistência**, enfatizando a ideia de que, para Foucault, onde há poder, há resistência. Foucault (1987) advoga por uma noção de resistência que envolve lutas, instabilidades, conflitos e inversões, impedindo a univocidade das relações de poder. Desse modo, a resistência percorre essa vasta rede de poderes.

As resistências funcionam como pontos e nós irregulares que se distribuem com maior ou menor densidade no tempo e no espaço. Podem provocar

levantes radicais, rupturas profundas, mas é mais comum serem pontos transitórios e móveis, precários e, ao mesmo tempo, constantes. (Alvim, 2011, p. 39).

Para Alvim (2011), a resistência também se manifesta nessa multiplicidade de redes e relações. Assim como o poder não se configura como um sistema geral de dominação exercido por um grupo específico, também não há um único local de recusa; em outras palavras, a resistência percorre essa pluralidade que atravessa todo o corpo social. “Acontecimentos possíveis, improváveis, espontâneos, planejados, violentos, irreconciliáveis, mas que, de qualquer forma, só podem se dar no campo estratégico das próprias relações de poder” (Alvim, 2011, p. 39).

Dentro dessa perspectiva, o poder se configura como um conjunto de relações de forças interligadas em constante confronto. O poder envolve confrontos contínuos, já que as problemáticas de toda a sociedade estão imersas na pluralidade de relações de força, não sendo estritamente reguladas por um poder do Estado. Isso abre espaço para a presença da resistência. É precisamente por isso que Foucault afirma que “onde há poder, há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo), esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (Foucault, 1999, p. 91).

Nesse sentido, assim como o poder opera em múltiplas redes dentro de uma estrutura social, a resistência também pode assumir múltiplas formas como uma atividade de força capaz de atravessar as relações, tendo a capacidade de ser improvável, espontânea ou planejada e, mesmo assim, interagindo com as outras forças.

Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa — alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder (Foucault, 1999, p. 91).

No trecho acima, da obra “História da Sexualidade” (1999), Foucault apresenta a resistência não apenas como uma força mediadora ou antagonista, mas como um movimento diverso e múltiplo, de caráter plural e inesperado, que só existe se estiver inserido no campo estratégico das relações de poder.

Diante disso, podemos refletir sobre como, nos últimos tempos, surgem lutas contra o processo de subjetivação: lutas que são “contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros” (Foucault, 1995, p. 235). A resistência pode ser vista como uma aliada inseparável das relações de poder, pois “tanto a resistência funda as relações de poder, quanto ela é, às vezes, o resultado dessas relações” (Revel, 2005, p. 74). Uma forma de reagir ao poder é, portanto, criar novas configurações de poder.

Conforme Deleuze (2005), a subjetividade pode ser compreendida como a

maneira pela qual os indivíduos ou seus coletivos se constituem como sujeitos. Apesar de serem subjetivados à medida que são atravessados pelas relações de poder, não são necessariamente passivos a essas formas de subjetivação. Em outras palavras, embora sejam reféns de uma objetivação histórica, estabelecem, por meio de mecanismos e dispositivos, suas “verdades”, deixando de ser apenas um “rebanho” que obedece aos saberes construídos, e assumindo o controle de sua própria identidade, resistindo aos processos de subjetivação.

No primeiro volume de “História da Sexualidade” (1999), Foucault esclarece que o poder “não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa” (Foucault, 1999, p. 88). Nessa obra, ele observa o funcionamento do poder/saber, utilizando exemplos para retratar a aparição de discursos sobre a sexualidade na psiquiatria, na jurisprudência e na literatura do século XIX. Para Foucault, nesses discursos, está presente toda uma rede de poder/saber que envolve elementos designados por ele como “normalização”. Essa normalização indica os padrões que estruturam e definem o sentido social: são essas institucionalizações normativas que permitem a criação de padrões nos quais o sujeito pode ser categorizado. Foucault (1999) utiliza o exemplo da homossexualidade como uma categoria normativa “criada” em 1870.

A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie (Foucault, 1999, p.42).

No surgimento de um diagnóstico sobre homossexualidade, estaria introduzida toda uma série de discursos sobre possíveis “espécies e subespécies”, inversão, pederastia e “hermafroditismo psíquico” que, conforme Foucault (1999), possibilitaram um avanço no aspecto do controle social, mas também permitiram novas formações de discursos “reversos”, ou seja, de resistências. Conforme Taylor (2018), esse poder normalizador que “constitui a pessoa homossexual” como um objeto da psiquiatria também pode ter produzido um conceito de orgulho *gay* impensável anteriormente, que tempos depois ocasionou à despatologização da homossexualidade nos Estados Unidos, em 1973¹. Isto porque a homossexualidade começou a exigir que sua legitimidade fosse reconhecida “muitas vezes no vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico” (Foucault, 1999, p. 95).

Assim, no funcionamento do poder/saber, existe uma resistência expressa através dos discursos reversos comentados anteriormente, mas esta resistência, por sua vez, pode

1 “Dois meses depois da expulsão de Beth Elliot da Conferência Lésbica Feminista, feministas radicais também reproduziram o mesmo discurso transfóbico na parada do *Christopher Street Liberation Day* (Dia de Libertação na Rua Christopher), no último dia da *Gay Pride Week* (Semana do Orgulho Gay). Essa era a rua onde se situa o bar *Stonewall*. A Parada Gay de 1973 foi financiada por alguns bares LGBTQs da região e foi bem maior que nos anos anteriores.” *A Parada Gay de Nova York, 1973 e a resposta de Sylvia Rivera*. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2016/12/09/a-parada-gay-de-nova-york-1973-e-a-resposta-de-sylvia-rivera/>. Acesso em: 8 fev. 2023.

ela mesma sofrer uma inversão estratégica: a psiquiatria, por exemplo, encontra uma nova maneira de patologizar a sexualidade, caracterizada pelo diagnóstico de *Transtorno de Identidade de Gênero* (TIG), em 1990², o que irá torná-la, novamente, objeto de intervenção psicológica. Ou seja, a própria resistência a um poder pode funcionar, ela mesma, em outro momento, como expressão do poder, uma vez que, nesse novo diagnóstico dado pela psiquiatria, temos uma nova forma de verdade, que rotula pessoas tanto clínica quanto socialmente (Taylor, 2018).

Assim como Foucault (1999) argumentou em relação à homossexualidade, onde o diagnóstico introduziu uma série de discursos que, por um lado, aumentaram o controle social, mas também possibilitaram o surgimento de discursos de resistência, a transição capilar também desafia normas estéticas preestabelecidas. Afinal, conforme veremos ao longo deste trabalho, as pessoas que adotam a transição buscam a aceitação de sua identidade capilar e étnica usando o próprio conceito de beleza e estética que historicamente marginalizou cabelos afrodescendentes. Este movimento pode ser visto como uma resposta à imposição de padrões de cabelo eurocêntricos, que também é perpassado pelas relações de poder/saber.

No entanto, assim como discutido no caso da patologização da homossexualidade, é importante notar que a resistência em relação aos padrões estéticos de cabelo não está isenta de desafios. A própria indústria da beleza pode, em certos momentos, apropriar-se da resistência, transformando-a em novas formas de poder. Isso será exemplificado pelo surgimento de novos discursos, que agora expressam a importância de uma “liberdade capilar”.

Portanto, à semelhança do que Foucault (1999) destaca em suas análises sobre a homossexualidade, é crucial manter um olhar crítico sobre como o movimento de resistência pode se transformar e, potencialmente, ser reapropriado, tornando-se uma expressão do próprio poder em outro momento. Essa dinâmica complexa ilustra como as relações entre poder, resistência e saber estão em constante evolução, moldadas pelas mudanças na sociedade e pelas estruturas de poder.

Não existe um discurso do poder de um lado e, em face dele, um outro contraposto. Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas (Foucault, 1999, p. 95).

Para Foucault (1999), não se trata de questionar aos discursos que constituem a sexualidade de quais teorias implícitas derivam, ou quais divisões morais introduzem, ou

2 O Transtorno de Identidade de Gênero (TIG) foi inserido em 17 de maio de 1990 e colocava a homossexualidade na lista de doenças mentais. Em 2018, 20 anos depois, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou durante lançamento da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 11), a retirada dos transtornos de identidade de gênero do capítulo de doenças mentais. Com a mudança, o termo passa a ser chamado de incongruência de gênero. *OMS anuncia retirada dos transtornos de identidade de gênero de lista de saúde mental*. Disponível em: <https://unaids.org.br/2018/06/oms-anuncia-retirada-dos-transtornos-de-identidade-de-genero-de-lista-de-saude-mental/> Acesso em: 8 fev. 2023.

a qual ideologia (dominante ou dominada) pertencem. Cabe, pelo contrário, questioná-los nos seus níveis de produtividade tática (que efeitos recíprocos de poder e saber proporcionam) e em sua integração estratégica (que conjuntura e que correlação de forças tornam necessárias sua utilização em um determinado momento).

Nesse ínterim, o autor reflete sobre uma determinada regra da polivalência tática dos discursos, na qual os discursos não são apenas mecanismos de poder, pois neles se articulam saber e poder. Através desse pensamento, os discursos começam a ser considerados polivalentes em relação às suas táticas: eles podem ser, simultaneamente, instrumentos e efeitos de poder ou de resistência. As resistências, assim como o poder, são móveis, produtivas, estão em todo lugar e se distribuem estrategicamente. Elas também podem, no que lhes concerne, fundar relações novas de poder, tanto quanto essas novas relações podem, inversamente, provocar a emergência de novas formas de resistência (Revel, 2005).

REFERÊNCIAS

ALVIM, Davis Moreira. **Foucault e Deleuze**: deserções, micropolíticas, resistências. 2011. 159 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, PUC/SP, São Paulo, 2011.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231–249.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e. J. A. Guilhon Albuquerque. 13. a. Edição. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

CAPÍTULO 2

POLÍTICAS, FORMAÇÃO DE PROFESSORES, CULTURA E QUESTÕES ATUAIS: DESDOBRAMENTOS NO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - UM OLHAR NO CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL

Data de aceite: 02/01/2024

Marcelo Máximo Purificação

Pós-Doutor em Educação e Políticas Educacionais pela Universidade de Coimbra – UC/PT. Pós-Doutor em Formação de Professores, Identidade e Gênero, pela Escola Superior de Educação de Coimbra -ESEC/PT. Doutor em Educação pela Ulbra. Dou em Ensino (Educação Matemática e Tecnologia) pela Univates. Doutor em Ciências da Religião – PUC-Goiás. Professor Titular C-III na Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior de Mineiros – FIMES/ UNIFIMES

Elisângela Maura Catarino

Pós-doutorado em Educação Especial pela Escola Superior de Educação de Coimbra – ESEC-PT. Doutora em Educação (Ulbra). Doutora em Ciências da Religião (PUC-Goiás). Professora Titular C-II na Fundação Integração Municipal de Ensino Superior de Mineiros – FIMES/UNIFIMES

Dostoiowski Champangnatte

Pós-Doutorado em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; Doutorado em Educação pela UERJ; Mestrado em Educação pela UNESA; Bacharel em Comunicação Social – Cinema pela Universidade Federal Fluminense – UFF-RJ; Licenciatura em

Pedagogia pela Alfamérica. É Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Acadêmico da FACMAIS e no Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIALFA

RESUMO: Este texto apresenta o projeto de pesquisa em rede (2024-2027) que visa desenvolver ações de cooperação e intercâmbio entre pesquisadores de instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras, a fim de ampliar e qualificar atividades acadêmicas, pesquisas e publicações científicas a nível nacional e internacional em torno do tema: **Políticas, formação de professores, cultura e questões atuais: desdobramentos no desenvolvimento profissional de professores da educação básica e da educação superior – um olhar no contexto nacional e internacional**”. Para o efeito, serão desenvolvidas três formas de cooperação e intercâmbio nacionais e internacionais: 1) Projeto de pesquisa em rede; (2) Publicações científicas; e (3) Colóquios/Seminários acadêmicos. As políticas e questões atuais aqui sugeridas versarão sobre os seguintes temas: Políticas

Educacionais Afirmativas, Currículo, Finalidades Educativas, Carreira Docente, Diversidade Cultural, Tecnologia, Formação de Professores, Ensino Especial, Gênero, Relações Étnico-Raciais e Religiosidade. Trata-se de um projeto de pesquisa, estruturado no eixo temático da **inclusão**, perpassando a subárea – **Educação, cultura e sociedade** -, e o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 4) - **Educação de qualidade**: que visa assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para o avanço de todos.

PALAVRAS – CHAVE: Educação, Políticas, Inclusão, Diversidade.

POLICIES, TEACHER TRAINING, CULTURE AND CURRENT ISSUES: DEVELOPMENTS IN THE PROFESSIONAL DEVELOPMENT OF BASIC EDUCATION AND HIGHER EDUCATION TEACHERS - A LOOK AT THE NATIONAL AND INTERNATIONAL CONTEXT

ABSTRACT: This text presents the network research project (2024-2027) which aims to develop cooperation and exchange actions between researchers from national and foreign higher education institutions, in order to expand and qualify academic activities, research and scientific publications at an international level. national and international around the theme: “Policies, teacher training, culture and current issues: developments in the professional development of basic education and higher education teachers - a look at the national and international contexto”. To this end, three forms of national and international cooperation and exchange will be developed: 1) Network research project; (2) Scientific publications; and (3) Academic colloquiums/Seminars. The current policies and issues suggested here will cover the following themes: Affirmative Educational Policies, Curriculum, Educational Purposes, Teaching Career, Cultural Diversity, Technology, Teacher Training, Special Education, Gender, Ethnic-Racial Relations and Religiosity. This is a research project, structured around the thematic axis of inclusion, covering the subarea – Education, culture and society -, and the Sustainable Development Goal (SDG 4) - Quality education: which aims to ensure inclusive, equitable education and quality, and promote lifelong learning opportunities for the advancement of all.

KEYWORDS: Education, Policies, Inclusion, Diversity.

1 | INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa em rede, intitulado: Políticas, formação de professores, cultura e questões atuais: desdobramentos no desenvolvimento profissional de professores da educação básica e da educação superior – um olhar no contexto nacional e internacional, , tem por objetivo geral - Dialogar sobre as políticas públicas, formação de professores e questões atuais e seus desdobramentos no desenvolvimento profissional de professores da educação básica e superior. E para atender esse objetivo, traçamos os seguintes objetivos específicos: (i) Promover relações de diálogos entre pesquisadores nacionais e internacionais, sobre a inclusão, no eixo da educação, cultura e sociedade perpassando políticas públicas, formação de professores e questões atuais; (ii) Promover

intercâmbio de ações/projetos que colaboram com as discussões no âmbito das questões atuais preconizadas nas políticas públicas, formação e no desenvolvimento profissionais de professores da educação básica e superior; (iii) Possibilitar espaços (Seminários, ou Fóruns, ou Congressos) para socialização de experiências bem-sucedidas sobre as políticas públicas e o desenvolvimento profissional de professores, e, (iv) Viabilizar ações de diálogos e colaborações (orientação, coorientação, participação em bancas, organização de e-book/ eventos e produção de artigos, etc.) que possibilitem a integração dos colaboradores deste projeto e seus respectivos temas de estudo em produção técnica/científica.

Trata-se de um projeto de pesquisa, estruturado no eixo temático da **inclusão**, perpassando a sub-área – **Educação, cultura e sociedade** -, e o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 4) - **Educação de qualidade**: que visa assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para o avanço de todos. Trata-se de um estudo qualitativo, que será desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental do estado da arte, sistematizada em duas fases.

Na primeira fase procuraremos analisar os seguintes aspectos da produção: os tipos de políticas afirmativas educacionais destinadas a educação básica e superior, os temas que beneficiam dessas políticas, as atitudes face à inclusão e a diversidade cultural que estão presentes nos documentos educacionais, identificação dos avanços e retrocessos decorrentes dessas políticas; e o impacto dessas políticas na formação de professores e no desenvolvimento profissional dos professores. Também será feita uma análise documental da legislação referente às políticas educacionais para a inclusão e diversidade cultural dos países envolvidos no estudo.

Na segunda fase - será construído um banco de dados em torno dos temas: Políticas Educacionais Afirmativas, Currículo, Finalidades Educativas, Carreira Docente, Diversidade Cultural, Tecnologia, Formação de Professores, Ensino Especial, Gênero, Relações Étnico-Raciais, Religiosidade e outros. Como hipóteses, pontuamos: que a formação docente e as questões atuais, quando confrontadas com as políticas (públicas e educacionais), conotam uma ampliação das demandas relacionadas a essas áreas e uma necessidade de um olhar mais atento e específico para essas demandas; outra hipótese que pontuamos é - que a fragilidade do processo de desmercantilização está associada a outro elemento importante na sustentação de estados de bem-estar, que são os valores.

Os diálogos atuais podem ajudar-nos a compreender melhor a diversidade cultural e a conhecer as políticas governamentais, a formação de professores e as questões que permitem desvincular o jogo político da hegemonia e revelar as relações de poder que distinguem a distribuição de bens econômicos e culturais, e que determina a hierarquia estruturante dos bens culturais. Essa diversidade cultural se expande quando analisada em termos de educação e política, revelando muitos projetos e estudos tecidos para fomentar as relações sociais, ao mesmo tempo que revela as contradições e conflitos que surgem

desse processo.

2 | JUSTIFICATIVA

Em tempos de profundas transformações no lugar do Estado, marcados pela internacionalização e pela intervenção de novas organizações nas políticas públicas, este projeto surge como um contributo para a discussão sobre as mudanças e permanências nas políticas dirigidas à inclusão e nesse bojo a Educação, Cultura, Sociedade e Diversidade, que amplia o diálogo com importantes temas da atualidade. A educação, nascida e exercida sob contrastes econômicos, políticos e sociais, segue uma constante transformação e observação por parte de quem estuda, estimula e exercita - o indivíduo -. A partir dos conceitos expostos por Gramsci (1978), o indivíduo se encontra em uma perspectiva histórica que inclui uma análise concreta de seu papel ao longo do tempo.

Compreender estas questões atuais que envolvem as pessoas em contexto educativo, principalmente na formação inicial e continuada de professores, é fundamental, pois reflete o desenvolvimento das atuais políticas educativas e o desenvolvimento profissional dos professores do ensino básico e superior. Concordamos com Gómez, se os produtos simbólicos das interações humanas de um grupo social – ou seja, o conjunto de significados, expectativas e comportamentos – criam raízes e sobrevivem é porque demonstram tal grau de funcionalidade para desenvolver as condições sociais e econômicas do meio (GOMEZ, 2001). Nesse argumento do autor, o tema da diversidade implica em construções conceituais historicamente diversas, aciona movimentos sociais, instiga pesquisas e produção de conhecimento, determina políticas públicas e promove processos e práticas educativas.

No que diz respeito à formação de professores no campo da educação, p a formação inicial e contínua está relacionada com a natureza do trabalho, que visa o desenvolvimento profissional contínuo. No Brasil, os estudos sobre o tema têm sido aplicados principalmente após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996), fazendo emergir várias políticas públicas, entre as quais algumas serão retratadas nesta pesquisa, a exemplo da educação especial, étnico-racial, gênero e outras.

A opção em utilizarmos o termo desenvolvimento profissional de professores – a partir das políticas e questões atuais -, está no fato desse ser um termo amplo e que abrange uma complexidade maior. Por ele, perpassa a formação inicial e continuada dos professores, suas experiências intra e extraescolares, podendo trazer marcas relevantes do seu dia a dia e das relações que constituem. (FERREIRA, 2009). Nessa direção, Oliveira e Formosinho (2009, p. 225) alertam: “a maioria dos autores consideram a formação contínua um subsistema, uma componente do desenvolvimento profissional”, essa nova posição/ organização dos termos se justifica segundos os autores, na falta de resultados satisfatórios da formação contínua.

Nesta perspectiva, as relações de diálogo entre pesquisadores nacionais e internacionais, promovidas neste projeto, sobre o desenvolvimento profissional de professores, tendo em conta a diversidade e pluralidade dos contextos em que estes profissionais atuam e estão inseridos, poderão contribuir e estabelecer relações dialógicas entre campo teórico, políticas e práticas educacionais na contemporaneidade, contribuindo para a ampliação de reflexões e ações em torno da seguinte questão de pesquisa: como as políticas e diretrizes educacionais desenvolvidas pelas sociedades moldam a cultura da inclusão e da diversidade na educação básica e superior em nível nacional e internacional e como isso reverbera no desenvolvimento profissional dos professores?

3 | HIPÓTESES

A legislação brasileira, especialmente após a Constituição de 1998, é rica em artefatos legais que podem direcionar ações em diversas frentes sociais. Temos artefatos que estão em consonância com a educação – chamados de políticas educacionais (que são amplas), outros na linha social, que envolvem questões de gênero, negritude, trabalho etc.,. No entanto, ausência ou a incompletude desses elementos fragilizam o modelo de políticas públicas construído na Constituição de 1988. O emprego precário, o baixo nível educacional, a insegurança no acesso aos benefícios quando em situação de risco e a insuficiência dos serviços universais mostram a fragilidade do processo de desmercantilização do nosso estado de bem-estar social. Além disso, é preciso considerar os efeitos da globalização sobre os estados de bem-estar social, ainda pouco conhecidos no Brasil, especialmente a abertura do mercado nacional em setores relacionados aos serviços sociais (CORTEZ, 2008).

Trabalhamos, assim, com a hipótese de que a formação docente e as questões atuais, quando confrontadas com as políticas (públicas e educacionais), conotam uma ampliação das demandas relacionadas a essas áreas e uma necessidade de um olhar mais atento e específico para essas demandas. Outra hipótese que apresentamos a partir desta lupa teórica que reflete políticas, formação de professores e questões atuais é que a fragilidade do processo de desmercantilização está associada a outro elemento importante na sustentação de estados de bem-estar, que são os valores (ROSANVALLON, 2000; ESPING- ANDERSEN, 1999). A noção de cidadania, base política para a construção do modelo constitucional, parece não ter atingido o fundamento da solidariedade social que lhe é inerente.

4 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Gómez (2001), que expõe as relações sociais que atenuam as desigualdades e escondem a diversidade. Os espaços temporários de cultura transmitidos através

de processos educativos já não são definidos pelas fronteiras geográficas, mas pela densidade das relações que estabelecem com outras culturas. A distância deixou de ser apenas uma referência espacial para adquirir maior conteúdo social, ou seja, a inclusão ou exclusão da região, lugar ou cidade na rede de produção e circulação de bens tangíveis e intangíveis e principalmente na rede de comunicação. A educação é parte constitutiva desse processo, tanto por promover ações educativas que envolvem trocas simbólicas que internacionalizam princípios, conceitos e conteúdos científicos, quanto por dificultar esse processo ao reafirmar as fronteiras nacionais das normas culturais e promover a cultura crítica.

Pensar a educação (a formação de professores) a partir dos diálogos atuais é munir os futuros professores de conhecimentos para que possam desenvolver profissionalmente, de maneira positiva, nos espaços plurais que cercam a nossa sociedade na contemporaneidade. Nesse contexto, conhecer as políticas (públicas e educacionais) voltadas a grupos de minorias e a ações vinculadas ao social, é fator primordial aos professores que estão em sala e aos que entrarão em sala nos anos vindouros. Pois, cria um corpo sólido, munido de convicções, diálogos e reflexões sociais, que poderão contribuir muito com (re) organização de novos espaços na sociedade contemporânea.

Os diálogos atuais podem nos ajudar a compreender melhor a diversidade cultural e conhecer as políticas governamentais, a formação de professores e as questões que permite-nos desvincular o jogo político da hegemonia e revelar o equilíbrio de poder que distingue a distribuição de bens econômicos e culturais, e que determinam a hierarquia estruturante dos bens culturais. Esta diversidade cultural expande-se quando analisada à educação e as políticas, revelando inúmeros projetos e estudos que tecidos para fomentar as relações sociais, ao mesmo tempo que revela as contradições e conflitos que surgem deste processo.

Nesse processo, o desenvolvimento profissional docente (DPD) continua sendo um grande desafio. Principalmente se o objetivo for vincular o processo de formação aos contextos em que os professores atuam. Nesse sentido, muito se fala sobre o perfil do professor e as necessidades educativas do século XXI. Teóricos como: Novoa (2014); Perrenoud (2000); Moran (2013); Cavalcante (2012); Shulman (2005); Mishra e Koelher (2006) preocupam-se e discutem as atitudes dos professores em relação à teoria e à prática.

Em consonância com essas ideias, Nóvoa (2014) enfatiza que o professor contemporâneo deve desenvolver uma atitude reflexiva como prática, facilitar a troca de experiências em sala de aula e assim compreender a visão de mundo dos alunos, situação, sobre os problemas que os rodeiam e, sobretudo, sobre o seu conteúdo e a sua importante atuação nestes contextos. E sublinha que “é impossível imaginar uma mudança que não ocorra através da formação de professores” (NÓVOA, 1999, p. 18).

Philippe Perrenoud (2000) nos convida em suas 10 competências a refletir sobre

o trabalho pedagógico que o professor deve ter para ensinar. Esta discussão é ouvida em vários espaços e contextos de formação em todo o mundo. Assim, o desenvolvimento profissional ocupa lugar e papel importante nas pesquisas realizadas no campo da educação na educação contemporânea, uma vez que está diretamente relacionado ao conceito de competência.

Diante do exposto, Nóvoa (2008) argumenta que não conseguiremos evitar a “pobreza de práticas” (p. 17) e Lacerda e Melo (2017) respondem: “se não tivermos uma política que os professores, seus conhecimentos e seus campos de atividade, aquelas culturas educativas que não transformam o ensino numa profissão dominada por estudantes universitários, especialistas ou pela “indústria educativa” (p. 433). Lembrando que a formação de professores não se baseia no acúmulo de cursos, conhecimentos e técnicas. A formação deve ser um processo baseado na (auto)reflexão sobre as práticas e a partir daí buscar o desenvolvimento e com ele a (re)construção de um perfil profissional (NÓVOA, 1995).

5 | METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo, que será desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental do estado da arte, sistematizada em duas fases. Numa primeira fase, será realizado um estudo bibliográfico do estado da arte sobre a produção acadêmica no domínio das políticas e questões atuais, no que tange a formação de professores, a inclusão e a diversidade cultural. Serão analisados periódicos da área de Educação com qualis A sobre o tema.

Nesta fase, procuraremos analisar os seguintes aspectos da produção: os tipos de políticas afirmativas educacionais destinadas a educação básica e superior, os temas que beneficiam dessas políticas, as atitudes face à inclusão e a diversidade cultural que estão presentes nos documentos educacionais, identificação dos avanços e retrocessos decorrentes dessas políticas; e o impacto dessas políticas na formação de professores e no desenvolvimento profissional dos professores. Também será feita uma análise documental da legislação referente às políticas educacionais para a inclusão e diversidade cultural dos países envolvidos no estudo.

Este projeto de pesquisa assume o caráter de projeto guarda-chuva, permitindo integrar temas que permeiam as políticas (públicas e educacionais) e questões atuais, que podem ser desenvolvidos coletivamente ou individualmente pelos pesquisadores colaboradores em seu contexto. Assim, na segunda fase, será construído um banco de dados em torno dos temas: Políticas Educacionais Afirmativas, Currículo, Finalidades Educativas, Carreira Docente, Diversidade Cultural, Tecnologia, Formação de Professores, Ensino Especial, Gênero, Relações Étnico-Raciais, Religiosidade e outros.

A pesquisa bibliográfica e documental será um procedimento comum a todos os

temas vinculados ao projeto e terá como objetivo compilar um banco de dados que permita atualizar e mapear a produção que abranja os temas definidos a partir dos recortes de cada contexto, fornecendo informações que permitem uma análise comparativa dessa produção em diferentes contextos. Serão recolhidos dados sobre a abordagem/interseção destes temas com os objetivos e questão de investigação do nosso projeto. A orientação e o acompanhamento deste processo serão feitos pelo coordenador do projeto em questão. O desenvolvimento das atividades e a articulação das fases da pesquisa serão assegurados por meio de ferramentas tecnológicas, a exemplo: Google Meet, e-mails, whatsapp, seminários e outros eventos - organizados pelo Núcleo de Estudos de Pesquisa e Extensão Multidisciplinar (NEPEM/UNIFIMES) ou de outros eventos científicos promovidos pela UNIFIMES, ou outras instituições - para socialização dos resultados parciais ou finais da pesquisa. O objetivo dessa dinâmica será garantir o andamento e a execução do planejamento e a avaliação contínua do processo de pesquisa. Os pesquisadores coordenadores serão responsáveis por ações temáticas dentro do nosso projeto de pesquisa, que poderão emergir de pesquisas e estudos bibliográficos ou documentais desenvolvidos em suas próprias instituições e/ou países. O objetivo final é publicar os resultados desses estudos e discussões em formato de artigos e e-books.

Como critérios de coleta de dados pontuamos o aparato bibliográfico e documental, sendo o primeiro, a partir do Banco de Dissertações e Tese da CAPES e do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal – RCAAP, que contem trabalhos qualificados desenvolvidos por pesquisadores dos países que falam a língua portuguesa.

Como critério de análise de dados, adotaremos a análise do conteúdo, a partir da perspectiva teórica de Bardin (2011), onde trabalharemos com as três fase específicas desse modelo de análise, a saber: (1) Pré-análise, (2) Categorização e (3) Tratamento dos Resultados.

Como critério de inclusão, optamos pela seleção de textos científicos produzidos no espaço temporal (2015-2022) e de documentos correlacionados aos objetivos, questões e metodologia desenhados para esta pesquisa. A inclusão de temas oriundos de pesquisadores colaboradores externos a presente pesquisa, só será possível, a partir da assinatura da declaração de anuência (em anexo) e, desde que os estudos e pesquisas sejam pensados e desenhados na perspectiva documental e bibliográfica.

Pontua como critérios de exclusão, todo e qualquer trabalho que não atendam as ponderações do parágrafo anterior.

6 | AÇÕES COLABORATIVAS

As ações colaborativas que integram este projeto, serão desenvolvidas pelo pesquisador responsável pelo projeto e seus bolsistas, assim como de forma colaborativa, com o apoio de pesquisadores nacionais e internacionais que assinaram a “Declaração

de Anuência” concordando em participar do Projeto em Rede enviando textos temáticos correlacionados aos objetivos do nosso estudo. As ações colaborativas tratadas na presente pesquisa serão organizadas das seguintes formas:

- *Ação 1 - Projeto de Pesquisa em rede internacional*
- *Ação 2- Publicação de livros*
- *Ação 3- Publicação de artigos científicos em revistas especializadas*
- *Ação 4- Realização de Seminários ou Colóquios Temáticos*

A Coordenação do Presente Projeto de Pesquisa, fica responsável pela organização de livro(s), direcionamentos para os artigos e capítulos de livros que surgirão deste projeto em rede.

6.1 META

Desenvolver ações colaborativas e de intercâmbio com pesquisadores nacionais e internacionais para ampliação e qualificação de atividades acadêmicas, de pesquisas e de publicações científicas, sobre o tema: Políticas, formação de professores e questões atuais.

6.1.1 Descrição da meta

Ações	Estratégias
1. Desenvolver projeto de pesquisa em rede	- Organizar as temáticas enviadas pelos pesquisadores colaboradores em blocos temáticos. - Promover reuniões presenciais com os bolsistas para planejamento e avaliação das atividades em desenvolvimento. - Promover, entre os pesquisadores, o intercâmbio de dados e informações que possam subsidiar e colaborar com publicações.
2. Edição e publicação de livro, contemplando o conjunto de ações em envolve a presente pesquisa em rede.	- Definir a publicação do livro vinculado ao projeto. - Definir comitê científico para o livro que será publicado no âmbito do projeto de pesquisa. - Organizar, impressão, publicação e divulgação do livro.
3. Publicação de artigos científicos em revistas especializadas.	Publicar e Incentivar os bolsistas da UNIFIMES e pesquisadores colaboradores do presente projeto a publicarem artigos científicos vinculados as temáticas do projeto em rede em revistas especializadas.
4- Realização de Seminários e colóquios.	-Planejar a realização de Seminários e colóquios. -Convidar pesquisadores de IES estrangeiras para participar do evento -Divulgar o evento na rede social dos pesquisadores internacionais que compõem o projeto.

6.1.2 DOS COLABORADORES

Nome	Formação/IES/ Contribuição
Daniela Ripoll	Doutora em Educação – UFRGS. Professora titular na ULBRA-RS. Temas: Relações Étnico-Raciais e Estudos Culturais e Educação
Daniella Couto Lôbo	Doutora em Educação – PUC-Goiás. Professora permanente da FacMais. Temas: Formação de professores.
Dostoiewski Champangnatte	Pós-Doutor em Comunicação pela UERJ. Doutor em Educação – Professor permanente em programa de mestrado na UNIALFA e FacMais. Temas: Cinema e Educação, Tecnologias Educacionais, Currículo e Formação de Professores.
Elisângela Maura Catarino	Pós-doutorado em Educação pela ESEC. Professora titular na UNIFIMES. Tema: Educação Especial e Formação de Professores.
Geadean Ribeiro do Nascimento	Doutor em Educação – UA/Py. Professor aposentado da SEDUC-BA. Consultor de Projetos Educacionais. Temas: Gestão escolar e políticas educacionais.
Lucineide Maria de Limpa Personi	Doutora em Educação pela PUC-Goiás. Professora titular no mestrado em Educação da FACMAIS. Temas: Políticas educacionais e ações afirmativas, Finalidades educativas e Formação de Professores.
Maria Luzia da Silva Santana	Doutora em Psicologia pela UCB. Professora Adjunta na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Temas: Educação Especial, Formação de professores e Psicologia e Educação.
Meire Terezinha Müller	Doutora em Educação pela FE-UNICAMP, professora titular na UNIFACP-SP. Temas: Formação de Professores e Finalidades Educativas.

6.1.3 DOS COLABORADORES INTERNACIONAIS

Nome	Formação/IES/ Contribuição
Alcides Moreno Fortes (CABO VERDE)	Doutor em Educação e Psicologia. Professor na Universidade de Cabo Verde, unidade/campus de Palmarejo. Temas: Psicologia da Educação
KRZYSZTOF DWORAK (Polonês – residente em Lisboa-Pt).	Doutor em Ciências da Religião pela PUC – SP. Professor titular na Universidade Lusófona de Lisboa. Tema: Religiosidade.
Maria Filomena Rodrigues Teixeira (PORTUGUESA)	Doutora em Didática pela Universidade de Aveiro. Professora Coordenadora na Escola Superior de Educação de Coimbra – Portugal. Temas: Políticas Educacionais e Ações Afirmativas, Educação e Gênero, Formação de Professores, Finalidades Educativas, Educação em Sexualidade, Gênero e Mídia
Nélia Maria Pontes Amado (PORTUGUESA)	Doutora em Didática da Matemática pela UAlg – Portugal. Professora titular na Universidade do Algarve – Portugal. Temas: Políticas Educacionais e Ações Afirmativas, Formação de Professores e Finalidades Educativa.
Pedro Acosta Leyva (CUBANO)	Doutor em Teologia pela EST. Professor titular na UNILAB. Temas: Relações Étnico-Raciais e Sistemas Alimentares em Educação

6.1.4 Acadêmicos Bolsistas e Voluntários

Nome	Curso/Vinculo no Projeto
Anatália Cardoso Athayde	Acadêmica do 2º período de pedagogia. Bolsista.
José Eduardo Oliveira	Acadêmico do 2º Período de pedagogia Bolsista.
Welgina Silva Carrijo	Acadêmica do 2º Período de Pedagogia – Voluntária.
João Pedro Flores	Acadêmico do 2º Período de Pedagogia – voluntário.
Gabriela dos Reis Silva	Acadêmica do 2º Período de Pedagogia – Voluntária
Thamires dos Santos Cardoso	Acadêmica do 2º Período de Pedagogia – Voluntária

7 | CRONOGRAMA

Atividades	Período de realização
Organizar as temáticas a partir do objeto da presente pesquisa, por meio de meio de referencial bibliográfico e documental (estado da arte).	Fevereiro a abril de 2024
Promover reuniões mensais, com os bolsistas para planejamento e avaliação das atividades em desenvolvimento.	Fevereiro e dezembro de 2024
Promover, entre os pesquisadores colaboradores, o intercâmbio de dados bibliográficos e documentais (de forma online) que possam subsidiar a realização das ações do projeto e criar a rede em torno do tema principal desta pesquisa	Fevereiro a setembro de 2024.
Sistematizar dossiê em revista qualificada com textos dos pesquisadores e colaboradores nacionais internacionais – primeira parte.	Janeiro a novembro de 2024
Produzir e Incentivar, os bolsistas e pesquisadores colaboradores do projeto em rede a publicarem artigos científicos em revistas especializadas.	Agosto de 2024 a fevereiro de 2025
Realização de Seminário/colóquios a partir do projeto de pesquisa em rede	Novembro/dezembro de 2025.
Apresentar relatório sistematizado das ações desenvolvidas pelos pesquisadores e colaboradores no primeiro biênio do projeto.	Dezembro de 2024.
Sistematizar as temáticas geradas na rede de pesquisa – oriundas de dados bibliográficos e documentais - e organizar o e-book, produto vinculado ao projeto de pesquisa em rede.	Janeiro a novembro de 2026
Sistematizar dossiê em revista qualificada com textos dos pesquisadores e colaboradores nacionais internacionais – segunda parte.	Janeiro a novembro de 2027

8 | RESULTADOS ESPERADOS

- Ampliação do discurso e da reflexão sobre políticas, formação de professores e

questões atuais, no intuito de gerar produção científica que fomente o combate e reparação às desigualdades.

- Construção de uma rede de pesquisa sobre políticas, formação de professores e questões atuais, com pesquisadores do Brasil e do exterior.
- Alargar o processo de internacionalização na pesquisa da Unifimes, abrindo a perspectiva de nossos professores e alunos dialogarem com pesquisadores de outros contextos e países.
- Publicação de artigos científicos em periódico de educação, sistematizados a partir das discussões feitas no projeto de pesquisa em rede.
- Organizar um e-book com a contribuição dos colaboradores e bolsistas envolvidos no projeto de Pesquisa em Rede

9 | CONCLUSÃO

Ao fim do projeto, esperamos contribuir para que os/as alunos/as do curso de pedagogia da Unifimes, dos programas de formação de professores os quais os professores colaboradores desta pesquisa estão envolvidos e dos/as professores/as participantes, ampliem o entendimento acerca dos conceitos de políticas públicas e políticas educacionais e com isso, contribuam para o alavancamento de discussões dentro das questões atuais que brotam da ausência e eficiência de tais políticas, podendo assim, contribuir para uma maior inserção dessas temáticas nos contextos formativos. Alargando o número de publicações acerca das temáticas que atravessam as questões das políticas e da formação de professores, e com isso, mais pessoas poderão ter acesso a tais conteúdos, usando tais materiais como referência de estudos e melhora da prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70. 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996.

CORTEZ, R. P. S. Globalização e Proteção Social nos países desenvolvidos: uma análise da literatura. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 31, p. 161-176, nov. 2008.

ESPING-ANDERSEN, G. Social Foundations of Postindustrial Economies. Oxford: Oxford University, 1999.

FERREIRA, A. A., SILVA, B. D., Lana Mara C. Siman. A colaboração on-line como estratégia para o desenvolvimento profissional de professores. In: X Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2009, Bragança. Portugal.

GÓMEZ, A. I. Pérez. A cultura escolar na sociedade neoliberal. Porto Alegre: ARTEMED, 2001.

GRAMSCI, Antonio. Obras escolhidas. Tradução Manuel Cruz; revisão Nei da Rocha Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

MISHRA, P., & KOEHLER, M. (2006). Technological Pedagogical Content Knowledge: A framework for teacher knowledge. *Teachers College Record*, v. 108, n.6, p. 1017-1054.

MORAN, J. M.; MASETTO, M.T.; BEHRENS, M.A. (2013). Novas tecnologias e mediação pedagógica. 21ª ed. Rev. e atual. Campinas, SP: Papirus. NÓVOA, A. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, A. (Org.). *Vidas de professores*. 2. ed. Lisboa: Porto Editora, 2007. p. 11-30.

NÓVOA, A. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. *Educação e Pesquisa*, v. 25, n. 1, 1999.

NÓVOA, A. Professores principiantes: porque é que não fazemos aquilo que dizemos que é preciso fazer? In: CONGRESSO DE PROFESSORES PRINCIPIANTES E INSERÇÃO PROFISSIONAL À DOCÊNCIA, IV., 2014, Curitiba. *Materiais do Congresso*. Curitiba: [s.n.], 2014. Disponível em: . Acesso em: 10 de maio de 2014.

NÓVOA, A. *Profissão Professor*. Porto: Porto Editora, 1995.

PÉREZ GOMEZ, A. I. A escola como cruzamento de culturas. In: PÉREZ GOMEZ, A. I. *A cultura escolar na sociedade neoliberal*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PERRENOUD, P. *Dez novas competências para ensinar*. Artmed, 2000.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. Desenvolvimento profissional dos professores. In: FORMOSINHO, J. (Coord.). *Formação de professores: aprendizagem profissional e ação docente*. Porto: Porto Editora, 2009, pp. 221-284.

ROSANVALLON, P. *The new social question rethinking the Welfare State*. Princeton: Princeton University, 2000.

O SURGIMENTO DAS CIDADES NA BAIXA IDADE MÉDIA OCIDENTAL: ORIGENS, ORGANIZAÇÃO E HIGIENE

Data de aceite: 02/01/2024

Gessica de Brito Bueno

Mestranda em História, cultura e narrativa (UEM) e Bolsista Capes- (UEM), graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá-UEM, 2023.

Programa de Pós-Graduação em História-UEM

Maringá-PR

<http://lattes.cnpq.br/6348036602304108>

Eduardo Mangolim Brandani da Silva

Doutorando em História, Cultura e Narrativas (Universidade Estadual de Maringá-UEM), mestre em História, Cultura e Narrativas pela (UEM) 2023.

Programa de Pós-Graduação em História-UEM

Maringá-PR

<http://lattes.cnpq.br/0826321713568749>

Rodrigo Perles Dantas

Doutorando em História, cultura e narrativa (Universidade Estadual de Maringá-UEM), mestre em História, Cultura e Narrativas UEM) 2022.

Programa de Pós-Graduação em História-UEM

Maringá-PR

<http://lattes.cnpq.br/5088987261503996>

Christian Fausto Moraes dos Santos

Docente permanente na Universidade Estadual de Maringá- UEM; graduado em História, mestrado em Geografia-UEM, doutorado em Ciências pela Casa de Oswaldo Cruz, pós-doutorado em História da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais, atualmente, é professor doutor associado da Universidade Estadual de Maringá (UEM), atuando no curso de graduação e pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em História Professor no Programa de Pós-Graduação em História-UEM

Maringá-PR

<http://lattes.cnpq.br/5914025585832203>

RESUMO: No tangenciar entre as concepções norte-americana, francesa, britânica e holandesa, a respeito da história urbana como objeto histórico, esse artigo buscou apresentar o entendimento de diferentes teóricos acerca do surgimento das cidades durante a Baixa Idade Média, as classificações e categorias historiográficas mais comuns para falar sobre o objeto cidade, bem como acerca da higiene na nesse período. Quanto a metodologia, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa de

caráter bibliográfico e uma posterior análise do conteúdo. O artigo concluiu que, levando em consideração as afirmações de Paul Hohenberg, muitas das respostas sobre o nascimento das cidades europeias contemporâneas estão no período medieval, não no período industrial moderno e os documentos que podem oferecer informações acerca das cidades, no Sul e Leste da Europa, são os primeiros mapas, desenhos e registros arqueológicos que permitem a reconstrução detalhada dos espaços urbanos, onde de acordo com Florent Garnier, o conceito de cidade é como algo que funda sua própria individualidade. Além disso, compreendeu-se que as práticas de saúde e de higiene foram sendo compiladas em meio à Regimes de Saúde que serviam como guias para os físicos e médicos.

PAAVRAS-CHAVE: Baixa Idade Média; Cidades; Historiografia; Higiene.

ABSTRACT: In the tangent between the North American, French, British and Dutch conceptions, regarding urban history as a historical object, this article sought to present the understanding of different theorists about the emergence of cities during the Lower Middle Ages, as well as the most common historiographical classifications and categories to talk about the city object. As for the methodology, a qualitative bibliographic research was developed and a subsequent content analysis. The article concluded that, taking into account the statements of Paul Hohenberg, many of the answers about the birth of contemporary European cities are in the medieval period, not in the modern industrial period and the documents that can offer information about cities in Southern and Eastern Europe are the first maps, drawings and archaeological records that allow the detailed reconstruction of urban spaces, where according to Florent Garnier, the concept of city is like something that founds its own individuality. In addition, it was understood that health and hygiene practices were being compiled in the midst of Health Regimes that served as guides for physicists and doctors.

KEYWORDS: Early Middle Ages; Cities; Historiography; Hygiene.

INTRODUÇÃO

Considerando que o objeto de análise desse artigo é a história urbana ocidental, no âmbito do surgimento das cidades na baixa Idade Média, com certo foco nas cidades francesas, como objeto histórico, será apresentado os autores e obras trabalhados nas aulas de Tópicos especiais em cultura II e muitos outros que contribuíram, em alguma medida, com a discussão, com o intuito de compreender esses objetos expondo seus conceitos, as características principais e o contexto social de onde surgiram esses termos.

Serão abordadas as classificações e categorias historiográficas mais comuns para falar sobre o objeto cidade, quais os esquemas representativos usados e qual a imagem da cidade na historiografia, a fim de explicar alguns problemas que foram apontados quando os teóricos buscaram compreender o surgimento das cidades e a ideia de urbano, assim como o conceito de higiene durante a baixa Idade Média.

Por meio de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico e uma posterior análise do conteúdo, buscamos compreender, explicitar e discutir no primeiro bloco sobre o surgimento das cidades durante a Baixa Idade Média ocidental, buscando depreender

esses assuntos a partir da bibliografia produzida sobre esse tema, bem como, no segundo bloco buscamos elucidar como as práticas de saúde e higiene foram surgindo nesse período.

A CIDADE E A HISTÓRIA URBANA OCIDENTAL NA BAIXA IDADE MÉDIA

Começamos pelo capítulo intitulado “Wrestling with the Angle: On Problems of Definition in Urban Historiography” (2001) de Harry Jansen encontrado no artigo “*The Construction of an Urban Past Narrative and System in Urban History*”, “ tradução: A construção de uma narrativa e sistema do passado urbano na história urbana” onde ele discute acerca dos problemas de definição de historiografia urbana, em que ele questiona como os historiadores devem definir a cidade como objeto de estudo histórico. A edição inglês-americana de *The City*, de Weber, fez questionamentos, como o fato de que é possível encontrar textos da cidade, principalmente a respeito do princípio informativo que cria a própria cidade (Jensen, 2001).

De acordo com historiador urbano britânico Dyon a história urbana não é uma disciplina, nem mesmo é um campo claro, deve ser encarada como uma estratégia operacional, a compreensão de Dyon parece implicar uma certa metodologia. Na Holanda, a discussão sobre História Urbana como uma subdisciplina da história social e econômica é mais sobre a definição do que sobre metodologia. O historiador holandês Pim Kooij vê a cidade como um lugar central multifuncional que funciona como um centro para uma área agrária circundante e que seu quadro tem ligação com outros lugares centrais. A história urbana aqui é vista como uma disciplina separada, visto que, o ‘urbano’ pode receber um significado específico (Jensen, 2001).

Apesar dessas definições a História Urbana pode ser vista de várias perspectivas, a definição de Kooij é clara, mas é restrita, ele se alia a uma tradição americana de “historiadores urbanos” cujos temas de pesquisa foram amplamente orquestrados pelo professor de História Eric E. Lampard. Essa avaliação enxerga as cidades como subsistemas de sistemas mais abrangentes, que envolvem redes urbanas e padrões de relações campo-cidade. Ao se aliar a essa abordagem ‘lampardiana’ ele exclui o que chama de método ‘biográfico’ de pesquisa histórico-urbana, a tradição de pesquisa na qual cidades e vilas são retratadas como unidades arredondadas, cada um em seu próprio caráter e até vontade própria, ele considera essa abordagem ultrapassada, mesmo que muitos historiadores ainda a utilizem (Jensen, 2001).

Dois núcleos conceituais podem ser encontrados na pesquisa histórica urbana, ambos que cumpram os requisitos descritos acima, na primeira encontramos a visão mais tradicional, biográfica, algo fechada e acionista, em que a cidade é concebida como uma variável independente. Na outra concepção mais moderna, aberta e comportamental, a cidade é interpretada como uma variável dependente. Essas duas concepções centrais

podem ser consideradas como os pilares da subdisciplina 'história urbana', mas elas precisam ser cuidadosamente diferenciadas, se não forem haverá confusão (Jensen, 2001).

Jensen (2001) atribui a Braudel a existência das raízes marxistas na compreensão de cidade, chamando de a confusão de Braudel, isso devido ao fato de Marx ter relacionado a transição da barbárie para a civilização com o surgimento de uma distinção entre cidade e campo. Marx parece apresentar uma definição dicotômica da cidade, baseada em um contraste com o campo, que se expressa de duas maneiras: Primeiro ele escreve que a cidade é uma concentração de pessoas, meios de produção, capital, necessidades e prazer e esse funcionamento contrasta com o campo (Jensen, 2001).

Em segundo lugar, ele escreve que a cidade é o resultado da formação da comunidade, ele também chama as cidades de Vereine (sindicatos) um termo que na época significava uma associação voluntária de indivíduos, segundo ele a cidade funciona como um centro de governo, com policiamento e arrecadação de impostos. De fato, Jensen (2001) alerta para essas conclusões de Marx, mas essa é apenas uma concepção dentre muitas, embora muitos historiadores concordem com Marx, isso porque a própria noção de civilização tem uma forte conotação urbana/burguesa, Henri Lefebvre conclui daí que Marx atribui à cidade o papel que Hegel deu ao Estado (Jensen, 2001).

Além dos escritos de Jensen (2001) outro trabalho que explora acerca do conceito de cidade e identidade urbana é o capítulo intitulado "*Livres de comptes, memoire et identité urbaines dans le Midi de la France au Moyen Âge*, Tradução: Livros de contabilidade, memória e identidades urbanas no Sul da França na Idade Média" (2014) escrito por Florent Garnier situado na obra chamada "*Les identités urbaines au Moyen Âge: regards sur les villes du Midi français*" de Patrick Gilli e Enrica Salvatori.

Garnier (2014) apresenta o conceito de identidade a partir do dicionário da Academia francesa, escreve que se refere ao "caráter daquilo que em um ser permanece idêntico, permanente e funda sua individualidade", mas também ao significado jurídico com "a personalidade civil de um indivíduo, legalmente reconhecida ou estabelecida, estabelecida por diferentes elementos do estado civil e pela sua descrição" (Garnier, 2014, p. 21, In: Gilli e Salvatori, 2014).

O autor explica esse conceito para partir para o conceito de "identidade urbana", na avaliação feita por Bernard Chvalier em 1991 não há menção a ela na definição de cidade medieval. A prática do poder confrontada com os textos normativos de Bourges, Poitiers e Tours em meados do século XV permitiu detectar o aparecimento de "novas identidades urbanas" em relação ao aumento da participação dos órgãos da cidade. O interesse centrou-se na elite dirigente, componente ativo da cidade para analisar o processo de construção de uma identidade e repensar a ausência de manifestações do indivíduo na sociedade medieval (Garnier, 2014, In: Gilli e Salvatori, 2014).

A análise institucional urbana na França desenvolveu-se a partir da abordagem de Augustin Thierry na primeira metade do século XIX, que fez a distinção entre cidades

consulares, cidades sindicais ou reitorias e cidades comunais, a partir do estudo do vocabulário jurídico confrontado com a prática, a historiografia tem reconsiderado mais particularmente a realidade do fenômeno institucional urbana, onde os estudos de André Gouron e Pierre Michaud-Quantin muito contribuíram para a renovação da análise (Garnier, 2014, In: Gilli e Salvatori, 2014).

De acordo com os autores, uma melhor compreensão da formação da identidade urbana depende da consideração dos atores que participaram neste movimento de afirmação, às manifestações mais ou menos conflituosas desta construção e ao meio em que se expressa. Primeiro, há variações no tempo, no ritmo e nas manifestações da formação da identidade da comunidade. Para um grupo urbano, trata-se de afirmar-se em relação a outro poder questionando a sua legitimidade e procurando obter liberdades para conseguir libertar-se, parcial ou totalmente, das relações feudais e senhoriais. De acordo com Paul Ricoeur vários índices permitem apreender a cidade medieval reconhecida como *universitas* como “o conjunto de disposições duradouras pelas quais [a] reconhecemos” (Garnier, 2014, In: Gilli e Salvatori, 2014).

Em “*Introduction: urbanization in perspective*” na obra intitulada “*The making of urban Europe, 1000-1950 (1985)*” dos autores Paul Hohenberg e Lynn H. Lees, os autores explicam que a Europa se tornou urbana em um único milênio, mil anos atrás os poucos habitantes das cidades ao norte e oeste do território muçulmano e bizantino tinham um lugar limitado na ordem social da época. A maioria das grandes cidades hoje na Europa foram fundadas antes de 1300, portanto, estudar o desenvolvimento da Europa urbana requer um longo olhar para trás no tempo, muitas das respostas sobre o nascimento das cidades europeias contemporâneas estão no período medieval, não no período industrial moderno (Hohenberg e Lees, 1985).

Um exemplo que os autores dão é de Viena, que ficava em um ponto importante de passagem no Danúbio, ela se tornou uma cidade fortificada e um mercado no início do século XII. Foi um importante centro comercial para comerciantes do Sul e Leste da Europa, ela cresceu em importância política com sua escolha como residência pelos Babenberg. Não é necessário especular sobre reis e guerreiros quando fica claro que um determinado governante fundou uma cidade, os documentos que podem nos oferecer informações acerca das cidades são os primeiros mapas e desenhos, pois eles, às vezes, complementam o registro arqueológico, permitindo uma reconstrução detalhada dos espaços urbanos (Hohenberg e Lees, 1985).

Outro interesse que guia o estudo da urbanização está nas atividades que ocorrem nas cidades, particularmente nas econômicas e processos demográficos que caracterizam as populações urbanas. As cidades são vistas como locais de ações de grande escala, como links na circulação de pessoas e mercadorias. Em terceiro lugar a erudição urbana surge de uma consciência das consequências sociais da vida urbana, as cidades fomentam o crime, a alienação e o desvio? Eles incentivam a independência, a diversidade e a

iniciativa? Muitos responderiam sim a uma e mesmo todas as perguntas. Independente das respostas, os pesquisadores afirmam que as cidades são fundamentais na formação de estilos de vida e da vida mental de seus habitantes (Hohenberg e Lees, 1985).

As tradições e terríveis crises de cidades e vilas individuais ajudam na compreensão das cidades, mas os autores elencam processos maiores no trabalho e relações que evoluíram entre cidades e entidades políticas ao seu redor. Como um exemplo do funcionamento de um Sistema de Rede, Hohenber e Lees (1985) consideram o Bordéus (Bordeaux), dando o devido valor a essas atividades, as razões de seu crescimento ou estagnação, pois não se pode olhar apenas para a cidade ou apenas para o seu papel como capital de uma região do Sudoeste da França, o Bordeaux tem sido um elo importante nas redes comerciais internacionais ao longo das quais o vinho flui, claro, mas também grãos, peixe, madeira, açúcar e óleo (Hohenberg e Lees, 1985).

No subcapítulo intitulado “A cidade moderna na França: ensaio de história imediata” de Bernard Lepetit, que se encontra em seu livro “Por uma nova história urbana” (2016), o autor começa apresentando os pontos em comum entre as descrições historiográficas e os guias de viagem, o historiador e o cicerone, pois ambos realizam uma espécie de processo de mediação cultural que ocorre entre o visitante estrangeiro e uma sociedade local (Lepetit, 2016).

De acordo com Bernard Lepetit (2016) para não correr o risco de assumir uma postura de somente descrever o que compõe a história urbana, ele adotou dois critérios, por um lado seleciona as bibliografias sobre o tema, menos por sua representatividade do que por sua capacidade demonstrativa, por outro, deu preferência a pesquisas marginais, indo na contramão da história urbana moderna francesa que já era estritamente definida (Lepetit, 2016).

A história imediata é seu foco, tendo em vista os progressos historiográficos que a marcaram no final dos anos de 1980, o autor se serve de três obras que buscaram abordar a questão urbana de forma analítica em três campos, a economia, a sociedade e a cultura (Lepetit, 2016). O primeiro livro de Simona Cerutti estuda as corporações de ofícios em Turim nos séculos XVII e XVIII, ela apresenta em que contexto os atores dão vida e sentido a agrupamentos e diferenciações, iniciando o surgimento dessas corporações, como eles decidiram se unir, estando a pouco tempo atrás em experiências diferentes, se reconhecendo a partir desse momento por meio de uma identidade social (Lepetit, 2016).

A segunda obra de Jacques-Louis Ménétra (1982) que discorre na primavera de 1750, em Paris, a discussão está em torno da lógica das revoltas, o autor pretende reconhecer qual era o saber social e como ocorreu seu processo de materialização. O último livro citado por Bernard Lepetit (2016) retratou o período anterior à revolução da indústria e dos transportes ferroviários, buscando a noção de sistema urbano, segundo o autor, uma cidade retira o essencial de sua subsistência do espaço que a circunda, mesmo que uma cidade não tivesse nenhuma relação com a outra, seus funcionamentos são

interdependentes, a questão é entender como as cidades evoluíram em sua organização em uma formação econômica como as corporações, a resposta pode estar na realização de novos recursos, seja na política viária, seja nos recursos advindos dos efeitos sociais da Revolução (Lepetit, 2016).

No texto de Richard Rodger intitulado “*Urban History: prospect and retrospecto*” (1992) ele apresenta que a revista *Urban History* é diferente da dos anos de 1960, a história urbana ofereceu uma saída para a história econômica por vários matizes da história social. Antes dos anos 60 era possível consultar obras sobre a cidade que eram relatos centenários ou comemorativos em talha dourada, foi possível perceber que houve muitas publicações o que indica um crescimento na produção de temas urbanos nas últimas décadas (Rodger, 1992).

Os especialistas urbanos se dedicavam em descrever habitações e planejamento, uso de propriedade da terra e outros temas como a morfologia e demografia, as áreas legítimas para estudo histórico que foram usadas como medidas ativadas para a dimensão urbana foram os subgrupos elites, classe, família, gênero, dentre outros. Os editores da *Urban History* passaram a criar um concurso para premiar o artigo mais significativo da temporada, eles também buscaram desenvolver uma identidade entre aqueles que pesquisam sobre o desenvolvimento histórico das cidades, mas a principal preocupação girou em torno da difusão, pois pensaram que o campo poderia se tornar “manchado e desacreditado”, o Anuário de publicações poderia ser sua integridade corrompida, o perigo da fragmentação (Rodger, 1992).

No contexto britânico de Rodger (1992) a chamada História Urbana, teve, então, o papel de conter a fragmentação da História Urbana, é devido a isso que surgem as iniciativas do grupo que tinham como objetivo a ligação com a revista, portanto, era uma tentativa de aumentar o nome dos escritos, existia um esforço para ampliar e fornecer uma base institucional, isso devido ao fato de que a revista pretendia se colocar como referência nos esforços da renovação (Rodger, 1992).

Em outro capítulo intitulado “O florescimento das cidades: o século XIII na história do mundo urbano” da autoria de Denis Menjot e Patrick Boucheron, encontrado na obra “As cidades no tempo” de Margarida Carvalho, Maria Lopes e Susani França, discute acerca de como a Europa se tornou urbana. Citando Robert Moore, os autores explicam que se a época medieval é o momento em que é desencadeada uma “primeira revolução europeia”, a revolução é, antes de tudo, urbana. Essas cidades se estendem para além dos limites da bacia do mediterrâneo, elas vão até o Norte e para o Leste da Europa, chegando na Rússia, criando fundações conhecidas até os dias de hoje (Menjot, Boucheron, 2005, In: Carvalho, Lopes e França, 2005).

Nos quase mil anos que separam a Antiguidade da Renascença surgem no continente Europeu formações urbanas originais, onde os autores citam algumas características de seus modelos: formações que se inscrevem sobre o solo em uma topografia específica, se

imprimiram em uma sociedade estruturada se exprimindo por instituições e se traduzindo por um gênero de vida e uma cultura. No primeiro período que se estendeu até o século VIII ao início do século XI a urbanização que foi legada pela Antiguidade diversifica-se, enquanto que mundo bizantino as estruturas da cidade romana se mantêm e se adaptam, na zona conquistada pelos muçulmanos, Al-Andalus e a Sicília, nascendo uma nova civilização urbana, que elabora novos modelos de cidades (Menjot, Boucheron, 2005, In: Carvalho, Lopes e França, 2005).

A comunidade urbana estrutura-se, governa-se por uma classe dominante e essa vai se instaurar progressivamente em diferentes meios de controle social, econômico, político e ideológico. Desde o século VII o Oriente grego e depois o Islã tinham sabido captar o melhor da civilização urbana legada pela Antiguidade romana, desde o impulso urbano dos séculos XI e XII o Ocidente cristão pôde reivindicar uma parte da herança antiga, segundo os autores os cavaleiros imputaram à cultura urbana a responsabilidade pela traição do espírito de cruzada, é como se existisse uma divisão entre o mundo dos cavaleiros e dos cidadãos, como se a cidade inventasse uma “outra Idade Média”, aquelas das catedrais e dos campanários, dos mercadores e dos universitários, é como se esse renascimento da civilização se impusesse à sociedade circunvizinha dos guerreiros e dos camponeses (Menjot, Boucheron, 2005, In: Carvalho, Lopes e França, 2005).

Em “O século às criações urbanas” os autores apresentam que muitos historiadores encaram o surgimento das cidades como um “corpo estranho (...) uma má-formação na sociedade medieval”, era como se as cidades tivessem corroído o interior do corpo feudal, mas já no século XIII a urbanização é uma finalização de um processo plurissecular, as cidades se tornam os polos de valorização da primazia senhorial, é importante se ater ao fato de que a expansão urbana não foi um processo autônomo, sujeito a leis próprias, estranhas a sociedade circundante, elas nascem no coração de dinâmicas próprias à sociedade feudal (Menjot, Boucheron, 2005, In: Carvalho, Lopes e França, 2005).

De acordo com Menjot e Boucheron (2005) a guerra é sem dúvida o principal motor do impulso e o progresso do comércio internacional, impulso das atividades artesanais, a promoção das peregrinações e as instalações dos Estados monárquicos e principescos constituem fatores dinamizadores, os próprios fronts pioneiros e as fronteiras políticas são as linhas de força dessa nova urbanização, podendo ser chamado de urbanismo conquistador ele se manifesta por uma dupla concessão, a outorga de um direito de mercado e a de um estatuto jurídico, esses dois elementos fundam a identidade de uma cidade medieval, a forma urbana é forjada ela mesma por funções econômicas e por um modo de existência política (Menjot, Boucheron, 2005, In: Carvalho, Lopes e França, 2005).

Em “organização do espaço urbano e identidade cívica” Menjot e Boucheron (2005) escrevem que a morfologia dessas criações urbanas resulta de uma planificação que se traduz por planos mais simples e racionais e paisagens organizadas, mas mesmo assim devido a aplicação frouxa dos planos diretores, subsiste a adaptação ao sítio, que não

permite uma disposição quadriculada geométrica do espaço (Menjot, Boucheron, 2005, In: Carvalho, Lopes e França, 2005).

A CIDADE MEDIEVAL: ORIGENS, ORGANIZAÇÃO E HIGIENE

Diferentes centros urbanos europeus, que ainda marcam presença de existência até o tempo imediato, apresentam suas organizações datadas do período medieval. Por meio de um breve pesquisa em enciclopédias ou até mesmo por via digital é possível contemplar imagens de cidades como Berna, Carcassonne, Toledo, Rotenburg, Sighisoara, ou seja, múltiplos centros espalhados da Europa atlântica até sua margem oriental e notar que seus centros se mantêm, ao menos superficialmente, inalterados em termos de caracterização medieval.

Mesmo que esses locais tenham a disposição de seus edifícios e espaços similares ao que havia sido concebido durante o medievo, é preciso reforçar que isso mantêm apenas em termos superficiais. Isso ocorre porque a infraestrutura energética, sanitária, higiênica, produtiva e de serviços se alteraram drasticamente, se qualificando para condições do tempo presente.

Esses centros urbanos foram sofrendo remodelações e inovações de infraestrutura desde meados do século XVI. No entanto, nota-se uma guinada sanitária no século XVIII e XIX que reestruturou por completo os esgotos, avenidas e hospitais da grande maioria dos centros urbanos medievais (Corbin, 1987, p.36). Se em centros como Roma, Paris e Londres esses processos ficaram mais visíveis sob a superfície urbana, esse não foi o caso daquelas primeiras cidades citadas. Isso não se deu por um cuidado ou esmero diante desses centros urbanos. O que houve foi que nesses centros essas mudanças chegaram posteriormente, garantindo certa preservação à tais centros.

Para os historiadores do tempo presente esses espaços corroboram entendimentos sobre o cotidiano da realidade urbana medieval, assim como situam os funcionamento desses espaços. Tais investigações são corroboradas por fontes escritas de diferentes classes profissionais que escreveram sobre o espaço que viviam no decorrer do longo período de mil anos conhecido como Idade Média.

Tendo em mente os resquícios e heranças medievais que ainda marcam o retalho urbano de cidades europeias, é interessante pensar como tais centros surgiram. Quando se pensa na entrada da Idade Média, muitos indivíduos tendem a realizar um processo imagético que apaga as heranças daquilo que veio da antiguidade tardia. Isto é, imagina-se uma realidade que surge abruptamente com condições próprias e endógenas sem grandes ligações com o que havia previamente. No entanto pensar a elaboração urbana da Idade Média exige conceber a desintegração do Império romano do ocidente (Rosen, 1994, p. 51).

Muitas ocupações humanas na Europa, iniciadas no começo da Alta Idade Média

(entre 500 e 600 d.C.) de fato vieram a se tornar cidades apenas na Baixa Idade Média (após o ano 1000 d.C.). No entanto é preciso elucidar dois aspectos relevantes sobre a urbanização europeia da Alta Idade Média. A primeira delas é o fato de que a desintegração do império romano do ocidente não significou a destruição completa de seus centros urbanos. Claramente o império romano vinha passando, desde o século II d.C, por um exôdo urbano que gerou a agrarização do espaço europeu. No entanto isso não significa que suas cidades ficaram sem habitantes, mesmo que muitas delas de fato tenham caído, de fato, em ruína (Rosen, 1994, p. 51).

Cidades como Roma, Ravena e Roma se mantiveram ocupadas mesmo após as invasões bárbaras, claramente muitos hábitos e tradições se alteraram com a chegada de novas populações. No entanto elementos de infraestrutura puderam se manter (Janson e Janson, 1996, p.88-89). Traços como aquedutos, muralhas e até mesmo encanamentos de pedra para esgotos foram mantidos nesses centros. Isso significa dizer que já na entrada da Idade Média havia a presença de espaços urbanos que não podem ser ditos como meros redutos. Isso é, eram cidades de fato (Rosen, 1994, p. 51).

O segundo aspecto é mais complexo e não diz respeito necessariamente às cidades, o processo de agrarização, as invasões bárbaras e a oficialização da fé cristã por Constantino no século IV d.C., como a religião do estado romano, desencadearam um outro processo de ocupação humana, que uniu elementos urbanos e rurais. Os primeiros centros religiosos da cristandade não foram abadias ou catedrais, mas sim espaços monásticos. Esses redutos organizados por monges e clérigos se localizam geralmente fora das cidades em meio a espaços rurais e naturais (Rosen, 1994).

O processo de agrarização fez com esses espaços se tornassem locais centrais de novas ocupações humanas que se sediavam ao seu redor. Os processos de invasões de diferentes populações que vinham da parte oriental do império levou à construção de muralhas ao redor do mosteiros e de suas construções urbanas ao redor. Esses espaços podem ser pensados como redutos urbanos, mas não necessariamente como cidades pelo fato dos limites organizacionais e de complexidade de infraestrutura que possuíam (Rosen, 1994, p. 51).

A Europa do século VII se apresentava como um espaço geográfico que estava recortado por inúmeros mosteiros disseminados e com algumas poucas cidades, sendo esses seus espaços urbanos. Os mosteiros entre os séculos VII e IX foram bem relevantes como espaços de cuidados médicos e higiênicos. Esses centros preservavam noções advindas da antiguidade greco-romana e aliavam tais pressupostos a elementos cristãos. Como tais espaços se localizavam em estradas, eles foram bem relevantes enquanto instituições que ofereciam descanso aos viajantes, dispunham de recursos de “cura” e também garantiam cuidados higiênicos (Rosen, 1994, p. 54).

Nesse período conhecido como Alta Idade Média é preciso colocar o temor que havia em relação a certos elementos da natureza. A provisão para a vida era pensada

como advinda da terra. No entanto uma série de recursos eram obtidos em espaços compreendidos, aos moldes de hoje, como selvagens. A percepção era de que os indivíduos tinham de se adaptar ao espaço e não que esse era passível de grandes alterações. Havia uma sobreposição da natureza sobre o indivíduo (Aberth, 2013, p.30).

Esses centros monásticos eram inclusive pensados como locais em que se havia maior segurança diante das enfermidades disseminadas pelo mundo, essas eram compreendidas como relacionadas à elementos de fé na Alta Idade Média, no entanto é preciso destacar que haviam sinais materiais de suas presenças, a questão do odor evidencia bem esse traço. Os maus odores eram concebidos como manifestação do pecado ou de origem demoníaca (Aberth, 2013, p.10-12). Portanto havia a necessidade de cuidados que eram provenientes a partir do conhecimento de plantas, que estavam interiorizados nos mosteiros. Portanto, uma série de plantas ditas como aromáticas e com propriedades de cura, eram germinadas nos jardins dos mosteiros de forma que poderiam ser empregadas nos enfermos (Rosen, 1994, p.53).

Os centros urbanos medievais são pensados como espaços em que reinava uma espécie de anarquia sanitária, evidentemente as condições higiênicas do período não dispunham de saberes bacteriológicos e nem sequer havia a concepção de assepsia ou antisepsia. No entanto, por tentativa e erro uma série de práticas foram sendo estabelecidas, essas alicerçadas pelos órgãos sensoriais, de forma que regras e tradições que visavam um certo “mínimo” de sobrevivência foram ganhando corpo (Smith, 2007, p. 174).

Esses aspectos foram revelando um novo grau de exigência sanitária que foi sendo estabelecido por volta do ano 800. d.C. com a consolidação império carolíngio, é possível notar o crescimento urbano e a consolidação de rotas fixas de comunicação e disseminação de materiais. Com isso, é possível notar que o uso de aromatas, como mirra e frankincenso, se tornam mais comuns como via de tornar o espaço seguro, além de que os banhos termais se tornaram cada vez mais comuns como via de garantir higiene e também como prática terapêutica (Smith, 2007, p.174-182).

As práticas de saúde e de higiene foram sendo compiladas em meio à *Regimes de Saúde*, esses documentos medievais serviam como guias para físicos médicos elaborarem tratamentos para os enfermos, mas também para estabelecer práticas que mantinham o estado de saúde. Esses documentos serviram também na Baixa Idade Média como fontes para o planejamento de regras que mantivessem a higiene do espaço urbano, isso por meio de uma série de normativas sanitárias (Smith, 2007, p.176).

No decorrer da Alta Idade Média os pressupostos teóricos que moviam essas intenções se baseavam em elementos do humorismo, que estava contido em fragmentos de fontes hipocrático-galênica que vinham da Antiguidade e continuavam sendo copiadas e compiladas, ao lado de elementos teóricos da própria teologia cristã. Em grande medida o temor diante dos odores nauseabundos era o critério de tolerância diante dos resíduos

fétidos, sendo esse traço um mobilizador das práticas de higiene (Campos, 2020).

Esse cenário foi se alterando entre os séculos X e XII a elaboração do clássico *Burgos*, que seriam as cidades medievais clássicas com suas muralhas, castelos e catedrais, modelo bem disseminado em meio ao imaginário popular, se consolida nesse período. O que levou à tal condicionamento foram uma série de motivos na realidade, a primeira questão que deve ser levantada é a dimensão que a população europeia cresceu rapidamente entre os anos 900 e 1200 d.C. Esse processo se deu em grande medida pela diversificação de produtos agrícolas utilizados para a base alimentícia, além de que, as técnicas e tecnologias agrárias passaram por mudanças ampliando a produtividade. Muitos núcleos urbanos que antes se resumiam à pequenos espaços murados com seus mosteiros centralizados, ampliaram largamente suas populações de tal maneira que se compunham em cidades nascentes (Rosen, 1994, p.53).

É preciso levantar a dimensão que a revolução carolíngia deu espaço à novos centros de produção de conhecimentos que foram as catedrais, esses centros de fé tiveram mais destaque no século XI, no entanto, eles tiveram atuação desde o final do século IX. Essas instituições são interessantes pelo fato de que elas surgiram no processo de urbanização da Idade Média central (900 – 1200 d.C.), portanto, elas têm uma configuração díspar dos mosteiros. Se os mosteiros uniam as condições rurais dos camponeses que lhes cercavam ao lado de aspectos urbanos de pequena escala, as catedrais tinham uma vocação direcionada à vida cidadina (Rosen, 1994, p.54).

O processo de crescimento populacional se concentrou na Alta Idade Média no campo, no entanto, entre os séculos VI e XII ocorreram invasões de territórios cristãos que partiram de diferentes frentes. A mais antiga foi aquela que se deu pelos califados mouros a partir do norte da África que acabaram por conquistar quase a totalidade da península ibérica, a região de Malta e também o Chipre. Entre os séculos IX e XI povos escandinavos de origem dinamarquesa, norueguesa e sueca realizaram uma série de incursões que se espalharam de oeste à leste da Europa (Rosen, 1994).

Por fim, entre os séculos XI e XII nota-se a invasão da Europa oriental por parte de povoados Magyares que residiam na região da atual Hungria. As diferentes frentes de invasão levou à acentuação de dois processos que já vinham ocorrendo desde o século VIII. Um deles foi a amplificação das muralhas a partir do século X, o segundo foi o fato de que parte da população camponesa passou a residir no interior dessas muralhas, levando ao crescimento da população cidadina, assim como, o aumento da densidade populacional desses espaços (Rosen, 1994, p.54).

O aumento populacional e o exôdo rural fomentou à busca por incremento de produtividade rural, se por um lado nota-se as mudanças técnicas citadas, pensa-se também numa mudança de relação com a própria natureza. Se na Alta Idade Média nota-se uma relação com o espaço natural onde os indivíduos buscavam adequação ao cenário já estabelecido, no decorrer dos séculos XI, XII e XIII a relação com os biomas existentes

se alterou largamente, a natureza agora deveria ser subjugada em prol da possibilidade de sobrevivência do grupo (Aberth, 2013, p.30).

Os centros citadinos drenaram uma série de pântanos devido aos temores dos vapores corruptos e putrefatos que ameaçavam a saúde populacional e, além disso, nota-se que florestas foram derrubadas para que madeira fosse obtida para a elaboração de edificações urbanas, assim como, esses novos espaços poderiam ser utilizados para expandir, principalmente, o arado da terra, garantindo maiores retornos produtivos para a alimentação (Aberth, 2013, p.30).

Esses anos de transição levaram à cristalização de novas cidades que antes eram pequenos redutos urbanos com uma população majoritária camponesa, portanto rural. Essa vida citadina consolidada veio acompanhada da monetarização da economia como via de trocas de produtos e serviços, ademais, pensa-se que as muralhas ditavam os limites físicos da cidade, portanto o aumento populacional significava aumento da densidade (Rosen, 1994, p.54).

O crescimento urbano na França, Inglaterra, Itália e Alemanha partia de um núcleo adensado centralizado na catedral ou no palácio do governante e dele ocorreram crescimentos horizontais até os limites das muralhas. Com o contínuo crescimento urbano é interessante notar que nos séculos XIII e XIV, isso antes da peste negra, ocorreram processos de verticalização, onde antigas edificações receberam novos níveis (Pereira, 2005, p.100).

Esse processo aparenta se encaixar bem para a Europa central e ocidental, mas esse não foi o caso que se deu em partes de península Ibérica, principalmente quando se pensa em Portugal, visto que, nesse caso o espaço intramuros das cidades lusitanas não cresceram com um ordenamento orgânico, pois ao que tudo aparenta o crescimento se dava por meio de loteamentos. A gestão central escolhia um espaço, como uma espécie de lote e nesse terreno eram elaboradas edificações adensadas, já verticalizadas e que iam até o limite da muralha. Isso significa que o espaço do interior da muralha se mantinha com lotes adensados, acompanhados de vazios geográficos que poderiam ser ocupados futuramente. Isso significa que o crescimento urbano e populacional nas cidades lusitanas do século XIII se deram por meio de um planejamento que já visava a cidade adensada (Pereira, 2005, p.100).

O processo de crescimento da população urbana por si só ampliava a produção e disseminação de resíduos no interior do espaço citadino. No entanto é preciso fazer um outro movimento e considerar outro fator que incidiu no aumento da proliferação de dejetos fétidos nesse espaço entre os séculos XII e XIII. O aumento populacional das cidades ocorreu em grande medida devido ao processo de exôdo rural. Isso significa que continuamente uma série de indivíduos que tinham nascido, e portanto possuíam hábitos rurais, passaram a residir no interior das muralhas (Pereira, 2005, p.101). Esses indivíduos mantinham animais em seus quintais ou no interior de edifícios, além de que tinham pouco

regramento diante de como lidar com os excrementos e sujeiras. O espaço urbano ganhava novos contornos atingindo novos aspectos de insalubridade (Rosen, 1994, p.54).

É preciso elucidar aqui que regras de limpeza e práticas voltadas à higiene do espaço urbano sempre existiram desde o princípio da Idade Média. Tais práticas antigas eram entendidas como suficientes para se lidar com os elementos pútridos do cotidiano. O aumento populacional não era visto como fator de complicação entre os séculos XI e XII. Esse aspecto se tornou complexo a partir do século XIII, quando a cidade atingiu seus limites horizontais e acabou entrando em uma dinâmica de verticalização (Pereira, 2005, p.101).

É interessante notar que essa percepção de uma realidade “insalubre” não era um traço do imaginário popular. Esses indivíduos que vieram do campo estavam habituados com os excrementos, com as carcaças e com o podre. Isso significa dizer que a tolerância desse grupo neocidadino era mais profunda do que dos antigos cidadãos e eles nem sequer consideravam que os odores pútridos poderiam de alguma serem danosos. Essa percepção vinha na realidade de uma elite letrada, sendo um aspecto imposto de cima para baixo e com pouca adesão popular (Pereira, 2005, p.101).

Essas percepções se averaram no século XIV e uma série de intentos de limpeza partindo dos mandatários municipais passam a serem organizados (Rosen, 1994, p.56). Uma série de *Regimes de Saúde* que vinham sendo produzidos e disseminados desde o começo da Idade Média serviram como fontes da organização de editos, leis e processos que visavam a organização da salubridade medieval. Esses materiais privilegiavam o olfato como sentido fiscalizador, além de que colocavam os odores putrefatos como aqueles de grande risco, sendo eles manifestação da corrupção, aspecto esse que poderia desencadear o equilíbrio humoral caso o indivíduo entrasse em contato com essa matéria (Sotres, 1998, p.318).

A corrupção poderia partir de diferentes elementos da natureza, mas suas principais formas de propagação se davam pela água e pelo ar. O próprio odor em si se disseminava por essas duas matérias. Os processos que levavam à corrupção da matéria eram variados podendo eles serem naturais ou antinaturais. Independente da causa que gerou a origem da corrupção, é preciso destacar que no século XIV, com a diminuição da tolerância, da elite cidadina, em relação aos elementos putrefatos, os cuidados diante dos ares e das águas se ampliaram. Uma série de práticas relacionadas à preservação das fontes de água e cuidados com os ares, como a queima de incensos e uso de óleos aromáticos, se tornaram processos ativos do cotidiano das cidades, como forma de proteger a saúde (Robinson, 2020, p.92-94).

Tais práticas não caíram em desuso no decorrer da Era Moderna. O acontecimento traumático da tragédia que foi a peste bubônica fez com que as camadas populares criassem dúvidas diante dos elementos médicos estabelecidos. Isso porque a medicina do século XIV não conseguiu dar respostas à alta mortalidade que avassalou o continente.

Esse episódio duradouro abalou a posição relevante do corpo médico medieval. Isso não significa que as práticas sanitárias e higiênicas foram deixadas de lado. Mas sim que o prestígio foi reestabelecido apenas na entrada da Era Moderna (Rosen, 1994, p.71).

O século XVI foi um período de grandes mudanças intelectuais, religiosas, ideológicas e organizacionais na Europa. O espaço urbano não passou ileso nesse processo. É preciso situar que no século XVI as monarquias nacionais que tinham se organizado nos séculos XII e XIII passaram a buscar vias de consolidar de fato seus poderes. As monarquias absolutas que se formam dependiam de suas cortes para exercerem seus poderes, que eram justificados como de origem divina. Tais monarcas passaram a encarar seus espaço territoriais como horizontes de exercício dos seus poderes. Era preciso então escolher uma sede do poder central, sendo então aí o surgimento das capitais (Argan, 2001, p.71-73).

As cidades que compunham esse amplo espaço, que era nesse momento o Estado Moderno, tinham em sua maioria longevidade que datava ao menos da Idade Média central, isso se não fossem até mesmo anteriores. Isso significa que tais locais dispunham de infraestrutura herdada do medievo. A escolha de um desses centros como a capital acabou por modificar profundamente a estrutura organizacional dessa cidades escolhida. As estreitas passagens deram espaço à ruas mais largas que serviriam para as carroças. Uma série de antigos castelos foram remodelados para servirem como palácios renascentistas ou barrocos mais luxuosos, o sistema de esgoto foi amplificado e práticas sanitárias foram proliferadas como via de manter o espaço urbano limpo e mais distante de odores nauseabundos, que apesar dos esforços ainda se mantinha presente na realidade urbana (Argan, 2001, p.75-76).

O que se tem sendo planejado no século XVI são cidades-capitais que eram vislumbradas como espaços adequados aos seus monarcas e suas cortes. Essas condições diziam respeito às intenções desses monarcas que se entendiam como figuras de grande poder. Portanto era necessário que eles habitassem espaços à altura de seus poderes. Nos séculos XVII e XVIII uma série de outros centros que não eram capitais foram incorporando essas medidas como forma de se equipararem aos primeiros (Argan, 2001).

É nesse sentido que se observa a marcha de mudanças que foi aos poucos alterando a configuração imagética do centro medieval, ou seja, um centro adensado, amuralhado e compacto para uma nova caracterização: As muralhas foram sendo demolidas para se ampliar a circulação da cavalaria e carroças; Uma série de casas construídas de forma “empilhada” foram substituídas por edificações de três andares que tinham essa formação desde o princípio; Os sistemas de esgoto e arejamento foram moldados de forma que os odores puderam se dispersar mais, diminuindo os cheiros pútridos. A cidade europeia da Era Moderna se construía sobre as heranças medievais e se configurava então como centro de configuração inédita (Argan, 2001, p.87-88).

Apesar das grandes mudanças urbanas, as práticas de higiene se modificaram intensamente de fato no século XVIII. Os critérios de tolerância olfativa atingiram um mínimo

inédito de tal forma que a realidade putrefata que existia não seria mais permitida (Pereira, 2005, p.122). Os vapores corruptos e pútridos do medievo passaram a ser entendidos como miasmas desde o século XVII. Isso significa que essas substâncias vaporosas passaram a ser delimitadas como gases e eles não seriam meramente danosos, mas sim tóxicos. As fontes se tornaram múltiplas. As fossas deveriam ser drenadas e lacradas. As águas nunca deveriam estar paradas, sempre se apresentando em movimento. Os ares pútridos deveriam ser combatidos com recursos aromáticos químicos. Os resíduos deveriam ser levados cada vez mais distantes das cidades. E os cemitérios deveriam ser reorganizados e colocados distantes do centro, sendo levados para as periferias ou até mesmo fora dos limites citadinos (Corbin, 1987, p.53).

O século XVIII foi outro momento onde a paisagem urbana foi sendo novamente modificada. Uma série de espaços que eram dispostos no centro das cidades, como feiras, açougues, cemitérios e fossas foram levados para seus limites. A caracterização da cidade medieval perdia seus contornos mais uma vez, e suas heranças se tornavam cada vez menos presentes, ao menos em materialidade (Corbin, 1987, p.67). O século XIX, principalmente a partir das reformas higienistas e abruptas de Georges-Eugène Haussmann em 1853, abria espaço para uma nova leva de mudanças na paisagem urbana, que dessa vez abriram espaço para a “cidade do progresso”. É nesse momento que os elementos medievais se tornam limitadíssimos e os contornos medievais se tornam mais semânticos e simbólicos do que de fato materiais e concretos. O aspecto mais marcante que se tinha de herança do começo do medievo e que se manteve em pensamento e atividade no século XIX foram os riscos pensados sobre os odores pútridos e a relação desses com a proliferação de doenças e os perigos para o espaço citadino.

CONCLUSÃO

A partir dessas discussões compreendemos a definição de cidade como objeto de estudo histórico, apontamentos acerca da História Urbana e como ela se inseriu como um campo, em busca de se consolidar como um estudo sobre as cidades e a identidade urbana ocidental, possuindo uma metodologia própria que à da legitimidade no campo da historiografia. Foi possível perceber que houve muitas discussões conflituosas acerca da História Urbana, especialmente quando o assunto é determinar se um amontoado de pessoas ou um agrupamento seria suficiente para definir um espaço como cidade ou se a própria cidade é quem criou a ideia de agrupamentos, com limites geográficos.

Considerando os textos abordados, não podemos deixar de compreender primeiro que o surgimento das cidades europeias contou com os impulsos urbanos durante a Baixa Idade Média e segundo que houveram muitos elementos que contribuíram para a criação e morfologia das cidades, como apresentando, por exemplo, por Menjot e Boucheron (2005) como diferentes meios de controle social, econômico, político e ideológico e as guerras.

Como apresentado anteriormente podemos citar também novamente a Simona Cerutti e seu estudo sobre as corporações de ofícios em Turim nos séculos XVII e XVIII.

Todos os textos trabalhados buscaram alcançar a compreensão do surgimento das cidades, bem como seu próprio conceito dentro da historiografia, tendo apresentado as classificações e categorias historiográficas mais comuns para falar sobre o objeto cidade e os esquemas representativos usados. Além disso, compreendeu-se, pela contribuição de vários pesquisadores, dentre eles Richard G. Roses em “Uma história da saúde pública” e Alain Corbain em “Sabores e odores: olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove” que as práticas de saúde e de higiene foram sendo compiladas em meio à Regimes de Saúde que serviam como guias para os físicos e médicos.

REFERÊNCIAS

ABERTH, J. **An Environmental history of the middle ages: the crucible of nature.** 1 ed. Nova Iorque: Routledge, 2013.

ARGAN, G.C. **Imagem e Persuasão: Ensaio sobre o Barroco.** 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de. **Higiene pública e privada na Idade Média: contributos e documentos sobre estruturas sanitárias em Coimbra (séculos XII-XV).** Estudo Geral- Repositório Científico da UC. Disponível em:< https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/96891/1/CAMPOS2020_higiene_publica_e_privada.pdf>. Acesso em: 04 Out. 2023.

CORBIN, Alain. **Saberes e Odores: O olfato e o Imaginário Social nos Séculos Dezoito e Dezenove.** 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GARNIER, Florent. **“Livres de comptes, memoire et identité urbaines dans le Midi de la France au Moyen Âge”.** In: GILLI, Patrick; SALVATORI, Enrica (Ed.). *Les identités urbaines au Moyen Âge: regards sur les villes du Midi français: actes du colloque de Montpellier 8-9 décembre 2011.* Turnhout: Brepols, 2014, p. 21-39.

HOHENBERG, Paul M.; LEES, Lynn H. **“Introduction: urbanization in perspective”.** In: *The making of urban Europe, 1000-1950 (Harvard studies in Urban History).* Cambridge/London: Harvard University Press, 1985, p. 1-13.

JANSEN, Harry. **“Wrestling with the Angle: On Problems of Definition in Urban Historiography”.** In: *_____The Construction of an Urban Past: Narrative and System in Urban History.* Oxford/ New York: Berg, 2001, p. 31-59.

JANSONS, H.W.; JANSONS, A.F. **Iniciação à História da Arte.** 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LEPETIT, Bernard. **“A cidade moderna na França. Ensaio de história imediata”.** In: *_____Por uma nova história urbana. Seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Salgueiro; tradução Cely Arena.* São Paulo: EdUSP, 2016, p. 45-85.

MENJOT, Denis; BOUCHERON, Patrick. **O florescimento das cidades: o século XIII na história do mundo urbano.** In: CARVALHO, Margarida M. de; LOPES, Maria A. de S.; FRANÇA, Susani S. L. (orgs.) *As cidades no tempo.* Franca: UNESP, São Paulo: Olho d'Água, 2005, p. 17-36.

PEREIRA, M.R.M. **Alguns aspectos da questão sanitária das cidades de Portugal e suas colônias: dos saberes olfativos medievais à emergência de uma ciência da salubridade iluminista.** *Topoi*, V.6, N.10, p.99-142, 2005.

ROBINSON, K. **The Sense of Smell in The Middle Ages: A Source of Certainty.** 1 ed. Nova Iorque: Routledge, 2020.

RODGER, Richard. **Urban History: prospect and retrospect.** *Urban History*, April 1992, v. 19, n. 1, p. 1-22.

ROSEN, Richard G. **Uma História da Saúde Pública.** 1 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1994

SMITH, V. **Clean: A history of personal hygiene and purity.** 1 ed. Londres: Oxford University Press, 2007.

SOTRES, P.G. **The Regimens of Health.** In: GRMEK, M.D.; FANTINI, B.; SHUGAAR, A. *Western Medical Thought from antiquity to The Middle Ages.* 1 ed. New York: Harvard University Press, 1998, pp.291-318.

FACTORES ASOCIADOS A LA VIOLENCIA EN EL NOVIAZGO EN LA ESCUELA SECUNDARIA

Data de submissão: 12/09/2023

Data de aceite: 02/01/2024

Irma Isabel Salazar-Mastache

Dirección General de Educación Normal
Secretaría de Educación
Toluca, Estado de México
<https://orcid.org/0000-0003-4297-9416>

RESUMEN: La violencia en el noviazgo es considerada como un componente que adopta varias formas y se presenta en todos los niveles sociales, económicos, religiosos, culturales o políticos, incluida la escuela. Al ser un fenómeno complejo multicausal y multidimensional, la violencia se ha venido naturalizando de tal forma, que solo se identifica como violencia aquellas acciones que dejan marcas físicas, pasando a segundo plano aquellas violencias psicológicas, estructurales, culturales y simbólicas que dañan a las víctimas y al tejido social. El presente artículo tuvo como objetivo, analizar los principales factores asociados a la violencia en el noviazgo en los estudiantes de educación secundaria. El enfoque de la investigación fue mixto, utilizando el cuestionario digital para reconocer la realidad violenta en las relaciones de noviazgo y el análisis documental. El estudio consistió en la

aplicación de un instrumento digital aplicado a 698 estudiantes de educación secundaria del subsistema federalizado. Los resultados arrojaron las causas que generan peleas entre novios y las principales violencias que se manifiestan, dejando al descubierto que, la violencia en el noviazgo continúa siendo un serio problema que llega a naturalizarse entre los estudiantes. A partir de los resultados se diseñó una estrategia pacífica e integral que permitiera asociar a la violencia en el noviazgo con la violencia conyugal y familiar, para concientizar a los estudiantes sobre la importancia de la cero tolerancia a manifestaciones violencia.

PALABRAS CLAVE: violencia en el noviazgo, violencia de género, violencia escolar.

FACTORS ASSOCIATED WITH COURTING VIOLENCE IN SECONDARY SCHOOL

ABSTRACT: Dating violence is considered a component that takes various forms and occurs at all social, economic, religious, cultural or political levels, including school. Being a complex multicausal and multidimensional phenomenon, violence has been naturalized in such a way that

only those actions that leave physical marks are identified as violence, leaving psychological, structural, cultural and symbolic violence that harm the victims to the background. and to the social fabric. This article aimed to analyze the main factors associated with dating violence in high school students. The research approach was mixed, using the digital questionnaire to recognize the violent reality in dating relationships and documentary analysis. The study consisted of the application of a digital instrument applied to 698 secondary education students from the federalized subsystem. The results revealed the causes that generate fights between boyfriends and the main forms of violence that are manifested, revealing that dating violence continues to be a serious problem that becomes naturalized among students. Based on the results, a peaceful and comprehensive strategy was designed that would allow dating violence to be associated with conjugal and family violence, to make students aware of the importance of zero tolerance for violence.

KEYWORDS: dating violence, gender violence, school violence.

1 | INTRODUCCIÓN

La violencia en el noviazgo es una modalidad de la violencia social que se hace presente entre dos personas que comparten una relación afectiva o sentimental, en la que se incluye cualquier manifestación de agresión, vejación, rechazo, exclusión, prohibición, golpe, grito o silencio, con la intención de causar miedo y daño a quien la recibe. Al respecto del tema existen varias definiciones; el (Instituto Mexicano de la Juventud, 2017), considera que esta violencia, comienza con cualquier comentario incómodo, después con un jaloneo que al principio puede parecer un juego entre ambos, pero conforme pasa el tiempo la situación puede llegar a ser más grave. Para el Centro de Control de Enfermedades y Prevención americano (Centros para el Control y la Prevención de Enfermedades, 2016), la violencia de pareja puede manifestarse como violencia física, sexual, psicológica o emocional, así como acoso, que ocurre dentro de una relación sentimental, sin embargo “sufrir cualquier tipo de violencia en la relación de pareja (sexual, amenazas, física, relacional o verbal) interactúa principalmente con la dimensión emocional del autoconcepto de las víctimas, seguida por una disminución de su autoconcepto de tipo físico” (Penado & Radicio-García, 2017, pág. 112).

En México, el Instituto Nacional de Estadística y Geografía, conocido por sus siglas como INEGI, es uno de los órganos autónomos responsables de normar y coordinar el *Sistema Nacional de Información y Estadística* del país, por lo que, los resultados de sus diferentes investigaciones, diagnósticos y censos son un referente nacional e internacional para reconocer la estructura social, incluidos sus tejidos violentos. De acuerdo con sus informes sobre violencia en el noviazgo, se encontró que:

En el año 2007, se aplicó por primera ocasión en México la *Encuesta Nacional sobre Violencia en el Noviazgo* (ENVIN), resultado del trabajo colaborativo con el Instituto Mexicano de la Juventud (IMJ), con el objetivo de obtener información que orientara el

diseño de acciones de política pública para la prevención, atención y erradicación de la violencia manifestada en las relaciones de noviazgo entre la juventud mexicana. Los resultados arrojaron discriminación entre la población encuesta, el 36.2% afirmó que, en una relación de noviazgo es el hombre el que debe pagar todo cuando la pareja sale a pasear a algún lado; mientras que, 12.6% consideraba que, a las mujeres se les debe prohibir más cosas que a los hombres (INEGI, 2007).

En el año 2016, el INEGI llevó a cabo la (Encuesta Nacional sobre la Dinámica de las Relaciones en los Hogares (ENDIREH), 2016), cuyo objetivo fue el de ofrecer información sobre las experiencias de violencia que han enfrentado las mujeres de 15 años de edad y más por tipo de violencia (física, sexual, psicológica y económica o patrimonial) en cinco ámbitos clave de vida: de pareja, familiar, escolar, laboral y comunitaria; siendo la violencia emocional la de mayor incidencia con 49%, seguida por la violencia sexual 41.3%; la violencia física con 34%, y las violencias económica, patrimonial y por discriminación con 29%. En cuanto a la proporción de mujeres de 15 años y más que han experimentado violencia emocional por parte de su actual o última pareja, esposo o novio, por tipo de violencia según periodo de referencia, el 40.1% señaló haber vivido violencia durante toda su relación, mientras que, 23.2% indicó haber vivido violencia emocional por parte de su pareja en el último año de su relación.

En el año 2020, el INEGI publica que, 66 de cada 100 mujeres de 15 años o más de edad que viven en el país han sufrido al menos un incidente de violencia de cualquier tipo a lo largo de la vida. El 43.9% de ellas han sufrido violencia por parte de la pareja actual o última a lo largo de su relación mientras que 53.1% ha sufrido al menos un incidente de violencia por parte de otros agresores distintos a la pareja a lo largo de la vida. (INEGI, 2020)

De manera reciente el (INEGI, 2022b), realizó el estudio *La COVID-19 y su impacto en las mujeres en México*, dando a conocer que el impacto de la pandemia de la COVID-19 causada por el virus SARS-CoV-2 no ha sido el mismo en mujeres y en hombres. De las mujeres de 18 años y más que sufrieron violencia en el entorno familiar de enero a septiembre de 2021, 27.1% declaró que el principal agresor fue el esposo (a) o la pareja sentimental.

El incremento de la violencia en los últimos años se convierte en un foco rojo de atención inmediata para buscar elementos que permitan o ayuden a prevenir su incremento. En el ámbito escolar, la violencia no queda exenta, se coloca como un tema que preocupa y ocupa, por lo que se requiere de estudios que consideren la diversidad cultural en las relaciones de noviazgo, el sentipensar de los estudiantes y las formas en las que se actúa ante la violencia, incluida la que viven en sus relaciones de noviazgo, para diseñar estrategias pacíficas e integrales que ayuden a su prevención.

Eres una piruja!, ¡maldita, mil veces maldita!, ¡no te he dado permiso de que vayas!, ¿o tus amigas o yo, elige, pero ya?, ¿por qué lo miras así?, ¡te dije que no hablaras delante

de ellos!, ¡contéstale a tu amiguito, qué esperas!, ¡no te me acerques más!, son solo algunas de las expresiones registradas en este estudio, que salen de la boca de los estudiantes de secundaria, quienes, por lo general respondieron: *¡no me dejes!, ¡yo te amo!, ¡ya me voy a portar bien!, ¡discúlpame por no hacer lo que me dices!, ¡ya te voy a obedecer!*

Dichas expresiones dejan al descubierto la desigualdad de género presente en los estudiantes de secundaria, la inseguridad al momento de creer que su pareja los abandona y la inestabilidad emocional que viven y hacen frente, permitiendo cualquier tipo de vejación o injusticia a cambio de no enfrentar la soledad, la ruptura o la burla entre sus compañeros.

...una ruptura amorosa no es un proceso sencillo, es un proceso, en muchos casos, doloroso que involucra un cúmulo de emociones, que en muchos casos no son entendidos por la persona y es muy importante conocer ciertos aspectos que beneficien al sujeto en poder procesar de mejor manera una ruptura amorosa (Palacios & Pinto, 2021, p. 377).

Analizar los principales factores asociados a la violencia en el noviazgo en los estudiantes de educación secundaria, fue el objetivo del presente escrito. La problemática para investigar es clara, tiene que ver con las violencias que siguen en incremento en las escuelas, de manera concreta la violencia escolar. El estudio encuentra su justificación en la importancia que la escuela es un espacio intersubjetivo, por eso la escuela es un espacio sociocultural de encuentros y desencuentros, de acuerdos, desacuerdos y relaciones interculturales. La investigación es pertinente al contribuir con el análisis del fenómeno de la violencia en estudiantes de secundaria. Y, es significativa al dar a conocer las manifestaciones de violencia que viven los estudiantes de secundaria en sus relaciones de noviazgo.

El estudio consistió en un cuestionario digital aplicado a estudiantes de escuelas secundarias del subsistema federalizado en el Estado de México. Se construyó la categoría de análisis “factores asociados a la violencia en el noviazgo en los estudiantes de secundaria”. Los resultados arrojaron la frecuencia con la se reproducen violencias en el noviazgo, las causas de estas y las principales expresiones violentas. Dejando al descubierto que la violencia en el noviazgo continua siento un serio problema que llega a naturalizarse entre los estudiantes, por lo que pudieran reproducirlo en sus contextos inmediatos y en su edad adulta transformándola en violencia conyugal o familiar. Convirtiendo de este modo a la violencia en el noviazgo, como una forma de relación social más, sin percatarse que es una violencia que se está naturalizando dentro de la misma cultura.

Para la lectura de la presente investigación es importante aclarar que la violencia en el noviazgo no es exclusiva de los hombres hacia las mujeres, pues los estudiantes hombres también son víctimas de esta modalidad de violencia.

2 | VIOLENCIA EN EL NOVIAZGO

La violencia es un fenómeno que ha venido requiriendo especial atención y actuación en diferentes ámbitos, de acuerdo con los tipos y formas en la que se presenta. La escuela es un espacio social de relaciones interculturales, en donde cada cultura es representada por cada persona que conforma la comunidad escolar. Al interior de la escuela, la diversidad cultural expresa diferencias de todo tipo, sociales, económicas, físicas, de religión, de preferencias sexuales, de formas de aprendizaje, entre otras diferencias que posibilitan que la escuela sea un espacio en el que las percepciones individuales se hacen presentes reproduciendo conflictos y violencias cada día. “Esta violencia se da por las ideologías o creencias que nacen de factores de educación, cultura, ambiente, entre otros; por ejemplo, las creencias sexistas influyen en el noviazgo mediante el comportamiento de una persona a otra que ocasiona daños en una relación y provoca afectaciones significativas a los adolescentes” (Cáceres, et al, 2020, p. 46).

Estudiar la violencia en la escuela secundaria, tiene que ver con las diferencias culturales, con la interculturalidad y con las violencias que se generan en el entorno de las relaciones afectivas y noviazgo entre los estudiantes. “La violencia en el noviazgo es un fenómeno que suele producirse en edades tempranas, el noviazgo tiene su inicio en la adolescencia, edad crítica que va unida a la búsqueda de una identidad social, profesional, sexual y de género. Es esta etapa se asientan los estereotipos de género y, por tanto, la masculinidad tradicional, así como los mitos sobre el amor, la amistad, la pareja y la familia” (Gómez-Gamero, et, al, 2019, p. 32), por lo que las experiencias de violencia durante la infancia en la vida de la mujer y también en la de su pareja aparecen como fuertes y consistentes predictores del riesgo de violencia conyugal hacia las mujeres (Casique y Castro, 2020, p. 192). Por lo que, “ser víctima de malos tratos en la infancia y ser testigo de violencia conyugal en los padres son variables predictoras de la violencia en el noviazgo entre adolescentes; así como que la influencia del grupo de pares, el uso del alcohol y el sexo femenino aumentan el riesgo para la violencia en el noviazgo” (Borges, et, al, 2020, p. 460).

De acuerdo con el Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI), en México, 70.1 % de las mujeres de 15 años y más ha experimentado, al menos, una situación de violencia *a lo largo de la vida*. La violencia psicológica fue la de mayor prevalencia (51.6 %), seguida de la violencia sexual (49.7 %). En el ámbito comunitario es donde viven mayor violencia (45.6%), seguido de la relación de pareja (39.9 %). Alrededor de 5.2 % de las mujeres de 15 años y más percibió que los conflictos en su relación de pareja iniciaron o aumentaron durante la emergencia sanitaria por la COVID-19. En el ámbito familiar, la cifra ascendió a 8.5 por ciento (INEGI, 2022, p. 28).

De acuerdo con la Secretaría de Educación Pública (2007), la violencia en el noviazgo es “una vinculación que se establece entre dos personas que se sienten atraídas

mutuamente; representa una oportunidad para conocerse, una etapa de experimentación y de búsqueda, con actividades, gustos y pensamientos en común, y es un preámbulo para una relación duradera, por lo que produce efectos que pueden reproducir conductas en sentido negativo y extenderse a todos los contextos donde interactúa el adolescente”. (SEP, 2007). Para la Secretaría de Seguridad Pública (2012), la violencia en el noviazgo “Es cualquier acto mediante el cual una persona trata de doblegar o paralizar a su pareja. Su intención, más que dañar, es dominar y someter ejerciendo el poder”.

La violencia produce efectos que pueden reproducir conductas en sentido negativo y extenderse a todos los contextos donde interactúa el adolescente. Del ámbito privado trasciende al público (p. 5).

“Una de las consecuencias de la violencia escolar es que se desarrolla en el contexto familiar o social y se convierte en un problema educativo cuando se presenta en las aulas. La familia tiene el rol de prevenir o incentivar conductas disruptivas como la violencia” (Olivera, E. y Yupanqui, D., 2020, pág. 3).

En cuanto a la trascendencia de la violencia en el noviazgo, (Mendoza et al., 2019), consideran que vivir violencia de pareja en edades tempranas, precede a la violencia conyugal, incrementando la violencia física y de género. Por lo que resulta necesario implementar medidas que permitan prevenir el incremento de la violencia en el noviazgo, para lo cual se requiere de conocer los factores asociados a este tipo de violencia, mismos que se particularizan de acuerdo con el entorno cultural del estudiantado de educación secundaria.

3 | MÉTODO Y MATERIALES

Se utilizó un tipo de investigación descriptiva, este tipo de investigación es usado en el ámbito social y busca identificar un fenómeno, en este caso particular la violencia en el noviazgo. Se indican las características y rasgos de la población estudiada y se describe la frecuencia con la se reproducen violencias en el noviazgo, las causas de estas y las principales expresiones. Tiene un enfoque mixto (cualitativo y cuantitativo), se realizó la medición de las variables en un solo momento; se examinaron los datos arrojados y, se valoraron los resultados en forma cualitativa para construir la categoría de análisis que da cuenta de los factores asociados a la violencia en el noviazgo en los estudiantes de secundaria.

Se llevó a cabo una revisión sistemática descriptiva, con la cual se hace una exploración de la literatura sobre artículos en revistas indexadas utilizando motores de búsqueda como Mendeley, EndNote y Scielo, con la característica particular que fueran publicaciones de los últimos cinco años.

El muestro fue no probabilístico debido a que, “permite seleccionar aquellos casos accesibles que acepten ser incluidos. Esto, fundamentado en la conveniente accesibilidad

y proximidad de los sujetos para el investigador” (Otzen & Monterola, 2017), para el caso concreto de la investigación, las escuelas participantes fueron determinadas por el nivel educativo de acuerdo con las herramientas existentes en materia de tecnologías de la información y comunicación (equipo de cómputo e internet), disponibles en cada centro escolar. Para iniciar con la investigación se llevó a cabo la aplicación de un cuestionario digital a los estudiantes de educación secundaria, el análisis de los resultados arrojó de manera reiterada las principales violencias que se viven en las relaciones de noviazgo, así como la frecuencia en la que se manifiestan.

La aplicación del instrumento fue en el mes de agosto de 2023, respondieron 698 estudiantes de educación secundaria. Para el análisis de los datos se habilitó un sistema virtual que permitió el análisis descriptivo y multivariado de los resultados, en el que se albergaron las respuestas y sistematizó la información.

4 | FACTORES ASOCIADOS A LA VIOLENCIA ESCOLAR. RESULTADOS

La categoría de análisis que se construyó fue “factores asociados a la violencia en el noviazgo en los estudiantes de secundaria”, se construyó a partir del análisis de los resultados obtenidos, mismos que permitieron reconocer la frecuencia con la se reproducen violencias en el noviazgo, las causas de estas y las principales expresiones violentas.

Se describe como una categoría que conforma escenarios de paz imposible, comunicación violenta, violencias físicas, culturales, estructurales y simbólicas alrededor del noviazgo.

A continuación, se presentan los resultados obtenidos de tres preguntas que respondieron los estudiantes de secundaria, respecto a su relación de noviazgo.

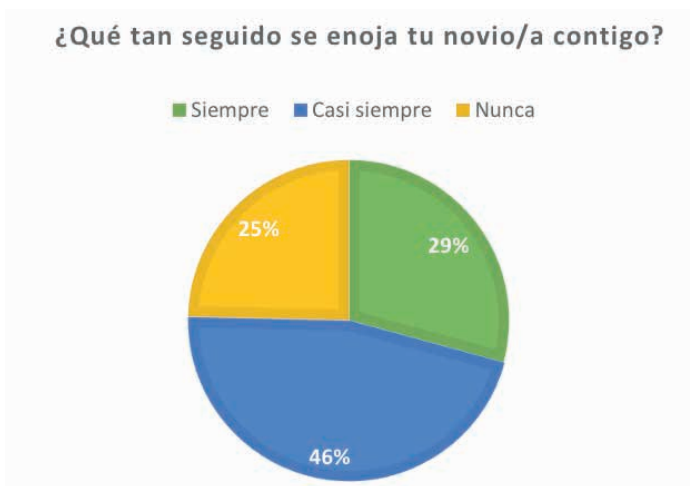


Figura 1. Porcentaje de la frecuencia del enojo entre novios

Nota. Elaboración propia

De acuerdo con los resultados obtenidos, los estudiantes de secundaria señalaron la frecuencia en la que perciben enojo de su novio/a, hacia ellos/as. 46% de los encuestados indicaron que su novio/a se enoja con él o ella. 29% respondiendo que siempre se enoja con él o ella y el 46% indicaron que nunca se enoja.

El Instituto Mexicano de la Juventud (2017), conceptualiza a la violencia en el noviazgo como “cualquier agresión física, psicológica, mental y sexual con el fin de dominar y mantener el control. Comienza con cualquier comentario incomodó, después con un jaloneo que al principio puede parecer un juego entre ambos, pero conforme pasa el tiempo la situación puede llegar a ser más grave”. A partir de los anterior y de acuerdo con los resultados sobre qué tan seguido se enoja tu novio/novia contigo, representados en la figura 1, se deja al descubierto el enojo en la relación de noviazgo en los estudiantes de secundaria, al sumar los dos porcentajes que representas violencia el 75% tiene un novio/a que se enoja, victimizando con su enojo al otro/a.

El análisis de la frecuencia de enojo y peleas entre novios se obtuvo con la pregunta ¿Hace cuánto fue la pelea más reciente con tu novio/novia?.

Un día	137
Tres días	194
Hoy	63
Una semana	149
Un mes	74
Nunca	81

Tabla 1. Frecuencia de peleas entre novios de educación secundaria

Nota. Elaboración propia

Del total de los encuestados, 194 señalaron haberse peleado con su novio/novia hace tres días, mientras que 137 indicaron que se habían peleado el mismo día en que se aplicó la encuesta, por otra parte 81 estudiantes nunca se han enojado con su novio/novia.

Al analizar la realidad, se puede observar que 617 estudiantes que tienen novio o novia en la escuela secundaria se han peleado por lo menos una vez. Lo que implica que la violencia es un elemento presente, constante y latente en su relación.

En el cuestionamiento referente, al motivo frecuente de peleas con tu novio/a, los estudiantes de secundaria respondieron:

Motivos de peleas entre novio/novia



Figura 2. Motivos de las peleas entre novios/novias

Nota. Elaboración propia

En la Figura 2, se observa que el motivo más frecuente de peleas entre novios de secundaria es porque tienen otras amistades, seguido de que no soportan a ciertos amigos y amigas de su pareja. Por otra parte, la vestimenta sigue siendo un generador de peleas entre novios, así como los mensajes en el celular de la pareja y el negar las claves de acceso a cuentas, redes sociales y redes de comunicación.

En relación con lo que mayormente afecta a los estudiantes de secundaria de su relación con su novia/novia, respondieron:

Lo que mayormente me afecta de mi novio/novia

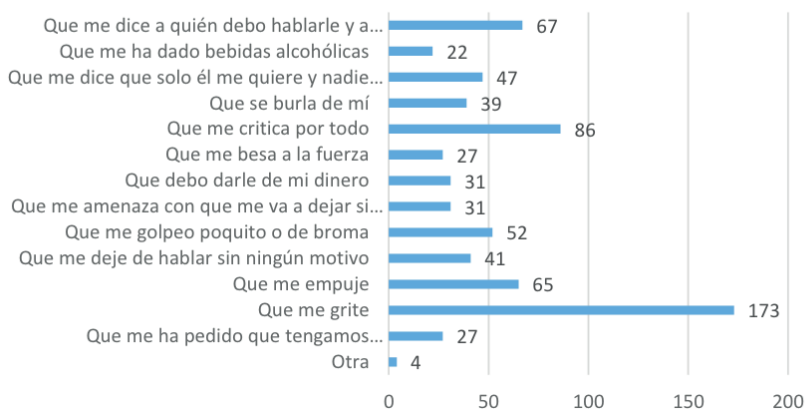


Figura 3. Violencias entre novio/novia

Nota. Elaboración propia

En cuanto a lo que mayormente afecta al estudiante de su novia/novia, los participantes de la encuesta señalaron que la violencia más frecuente que reciben en su relación son los gritos de parte de su novio/novia, seguido de que les critican por todo lo que hacen, les indican a quien deben hablarle, los/las empujan, les golpean, les meten a la cabaza la idea de que nadie más los va a querer, les dan bebidas alcohólicas, les piden dinero, les amenazan que se irán, se burlan de su persona, les dejan de hablar sin motivo, les besan a la fuerza y les han pedido tener relaciones sexuales aunque no esté lista la pareja para hacerlo. Todas estas manifestaciones connotan violencia en la relación de noviazgo entre estudiantes de secundaria.

5 | CONCLUSIONES

El presente estudio indica una alta prevalencia de la violencia en el noviazgo, una probabilidad a su naturalización entre los estudiantes de secundaria y la reproducción de patrones violentos en la vida adulta de los hoy adolescentes.

Analizar los principales factores asociados a la violencia en el noviazgo en los estudiantes de educación secundaria, permitió comprender que lo expresado en la Tabla 1, de *Frecuencia de peleas entre novios de educación secundaria* y la Figura 3, de *Violencias entre novio/novia*, refleja que de manera frecuente, que va desde cada día, hasta una vez al mes, los estudiantes de secundaria están expuestos a manifestaciones de violencia por parte de la persona que dice quererlos y por ello sostienen una relación de noviazgo, dejando al descubierto la necesidad implementar estrategias de formación e información sobre prevención y atención de violencias y formas pacíficas de dialogar, de hablar hasta entenderse, de regulación de emociones, de tolerancia a las diferencias de todo tipo y de autoestima.

REFERENCIAS

Borges, L. J., Heine, J. A., & Dell'Aglio, D. D. (2020). Personal and contextual predictors for adolescent dating violence perpetration. *Acta Colombiana de Psicología*, 23(2), 460-469. <http://www.doi.org/10.14718/ACP.2020.23.2.16>

Centros para el Control y la Prevención de Enfermedades. (2016). Obtenido de Comprender la violencia en el noviazgo adolescente: hoja informativa: <http://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/teen-dating-violence-2014-a.pdf>

Gómez-Gamero, M. E., Rodríguez-Hernández, J. y Quintanar-Vázquez, A. (2019), La violencia en el noviazgo, los indicios que no se visibilizan, en *Divulgare*, (12), 32-39. <https://doi.org/10.29057/esa.v6i12.4013>

Cáceres, J., Lizama, L., Magaña, M. F., y Morales, F. (2020), Violencia en el noviazgo y creencias sexistas en preparatorianos en Mérida, Yucatán. *Revista Mexicana de Investigación en Psicología*, 12 (1), 45-56. <https://www.revistamexicanadeinvestigacionenpsicologia.com/index.php/RMIP/article/view/354>

Casique, I. y Castro, R. (2019), Cambios y constantes en los niveles y factores asociados a las violencias de parejas en México, en *De parejas, hogares, instituciones y espacios comunitarios: violencias contra las mujeres en México*, Universidad Nacional Autónoma de México. Pp.161-270.

Instituto Mexicano de la Juventud (2017), Gobierno de México. <https://www.gob.mx/imjuve/articulos/violencia-en-el-noviazgo-129663>

Palacios, S. L. I. & Pinto B. (2021). Proceso de ruptura amorosa en un joven de 23 años de la Ciudad de la Paz. *Ayaju Órgano de Difusión Científica del Departamento de Psicología UCBSP*, 19(2), 350-382. http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2077-21612021000200005&lng=es&lng=es

Penado, A. M., & Radicio-García, M. L. (2017). Análisis del autoconcepto en las víctimas de violencia de género entre adolescentes. *Suma Psicológica*, 117-114. doi:<https://doi.org/10.1016/j.sumpsi.2017.08.001>

Secretaría de Seguridad Pública, (2012), Guía del taller de prevención de la violencia en el noviazgo. México. <https://www.gentediversa.org.mx/documentos/noviazgoSeguro/GuiaPrevencionViolenciaNoviazgo.pdf>

Mendoza, L., Gallardo, R., Castillo, D., Castrillo, T., Zamora, A. y Montes, F. (2019). Causas y consecuencias de la violencia en el noviazgo: Una mirada de los jóvenes universitarios de la ciudad de Tarija. *Ayaju*. 17(2). http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2077-21612019000200004

INEGI (2022a), Encuesta nacional sobre la dinámica de las relaciones en los hogares. Obtenido de: https://www.inegi.org.mx/contenidos/saladeprensa/boletines/2022/endireh/Endireh2021_Nal.pdf

INEGI (2022b), La COVID-19 y su impacto en las mujeres en México. Obtenido de: <https://www.inegi.org.mx/tablerosestadisticos/mujeres/>

INEGI (2020), Estadística a propósito del día internacional de la eliminación de la violencia contra la mujer. Obtenido de: https://www.inegi.org.mx/contenidos/saladeprensa/boletines/2022/endireh/Endireh2021_Nal.pdf

INEGI. (2016). *Encuesta Nacional sobre la Dinámica de las Relaciones en los Hogares (ENDIREH)*. Obtenido de <https://www.inegi.org.mx/programas/endireh/2016/>

INEGI. (2007). *Encuesta Nacional sobre Violencia en el Noviazgo (ENVIN)*. Obtenido de <https://www.inegi.org.mx/programas/envin/2007/>

Olivera, E. y Yupanqui, D. (2020). Violencia escolar y funcionalidad familiar en adolescentes con riesgo de deserción escolar. *Revista Científica de la UCSA*, 7(3), 3-13. doi: <https://doi.org/10.18004/ucsa/2409-8752/2020.007.03.003>

Otzen, Tamara, & Manterola, Carlos. (2017). Técnicas de Muestreo sobre una Población a Estudio. *International Journal of Morphology*, 35(1), 227-232. <https://dx.doi.org/10.4067/S0717-95022017000100037>

ARTEFATOS SAGRADOS DA RELIGIOSIDADE AFROBRASILEIRA: UMA ETNOGRAFIA DA COLEÇÃO PIETZCKER DO MUSEU ETNOLÓGICO DE BERLIM

Data de aceite: 02/01/2024

Ana Paula Lima Silveira

Atualmente doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt / UFPel), orientada pelos Prof. Dr. Adriane Luísa Rodolpho e Prof. Dr. Pedro Luís Machado Sanches

XIV RAM – Reunião de Antropologia do Mercosul 2023

GT 35: **Coleções etnográficas, Antropologia e Museus: avanços e desafios para o sul global.**

RESUMO: Esta proposta pretende ser uma investigação antropológica focada nas manifestações religiosas afro-brasileiras presentes no estado do Rio Grande do Sul (batuque, extremo sul do Brasil), tendo por base um conjunto de fontes documentais e imagéticas disponíveis na Alemanha que tomam como objeto de análise uma coleção de artefatos rituais afrogaúchos depositada no Museu Etnológico de Berlim e seus possíveis desdobramentos. A investigação se faz relevante tanto do ponto de vista arquivístico e arqueológico, quanto do

ponto de vista antropológico, e pretende contribuir para o desenvolvimento de uma temática até os dias de hoje esparsamente documentada além de muito pouco estudada por pesquisadores. Trabalhando com uma combinação de novas fontes empíricas, conduzo “etnografia dos/nos museus e arquivos” alemães em um primeiro momento¹ da pesquisa para, em um segundo, conduzir etnografia junto a comunidades religiosas de afrodescendentes gaúchos cujos rituais de batuque são exercidos e com cujos grupos já desenvolvi pesquisa etnográfica ao longo de meu mestrado. As linhas interpretativas sugeridas aqui preveem uma combinação de perspectivas teóricas advindas dos Estudos Pós-Coloniais de uma Antropologia Contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: [Antropologia; Religiões Afro-brasileiras; Coleções Etnográficas; Museus; Arquivos].

1 | INTRODUÇÃO

No bojo da constituição dos estudos de etnologia, diversos viajantes e

¹ Cabe salientar aqui que a primeira parte desta pesquisa (Alemanha) já se encontra devidamente finalizada. Foi realizada entre os anos de 2009-2012, vindo a constituir meus estudos pré-doutorais, no que tange à coleta de materiais para a concretização do presente estudo.

cientistas alemães desembarcaram no Brasil durante o século XIX e início do XX, tendo alguns deles contribuído expressivamente para a ampliação e organização de coleções etnográficas, em sua grande maioria agrupadas atualmente no Museu Etnológico de Berlim (*EM – Ethnologisches Museum*)². Dentre essas coleções etnográficas, encontra-se uma de meu particular interesse, retrato ímpar da religiosidade afrobrasileira, que abarca um conjunto de objetos rituais provavelmente de escravos africanos contrabandeados para o extremo Sul do Brasil. Contando com originalmente 67 artefatos de rituais afrobrasileiros³, tem sua origem no estado do Rio Grande do Sul e chegou a Berlim em 1880, doada ao então Museu Real de Etnologia (*Königliches Museum für Völkerkunde*)⁴ pelo comerciante-viajante alemão Wilhelm Pietzcker. Esta é a única coleção afroamericana em Berlim e uma das mais antigas presentes em qualquer museu europeu.

Pode ser considerada como uma das mais extraordinárias de seu gênero por dois motivos: primeiro, porque foi adquirida durante o período de escravidão no Brasil e, segundo, porque não o sul, mas sim o nordeste do Brasil, especialmente o estado da Bahia, é conhecido como o “berço” da religiosidade afrobrasileira. Isso significa que esses objetos são importantes documentos do período de formação dos ritos afrogaúchos. Os escravos africanos no RS vieram, em sua maior parte, de grupos étnicos de língua bantu de Angola e da área do Congo (Oro, 2002). Suas noções de fé sobreviventes no extremo sul do Brasil são chamadas de Batuque, sendo o mais conhecido o Candomblé da Bahia, mais ao norte. As diferenças entre o batuque e o candomblé decorrem das diferentes origens étnicas dos escravos africanos. Entre os artefatos da coleção estão insígnias (ferramentas de orixás), adornos rituais de iniciados (colares, pulseiras, chapéus), recipientes (de uso sacrificial), figuras ‘antropomórficas’ como bonecas, instrumentos musicais como adjás (sinos), entre outros. A maior parte dos objetos é ornamentada com búzios, elemento decorativo de origem africana, alguns deles quase completamente cobertos pelos mesmos. Exercer rituais de matriz africana constituía ato proibido no Brasil durante o século XIX. Mesmo assim eram realizados em segredo em terreiros, onde a polícia costumava reprimir continuamente (Lírio de Mello, 1994)⁵. Confiscados durante uma grande invasão policial a uma reunião

2 O Museu Etnológico de Berlim tem por objetivo central apresentar o espectro da arte e da história cultural de povos não-europeus que, em conjunto com o Museu de Culturas Europeias (MEK – Museum Europäischer Kulturen) apresenta a história cultural e contemporânea da Europa. Ambos os museus buscam explorar cientificamente seus recursos no intuito de permitir a existência de investigação científica sobre as coleções com vistas à documentação e disponibilidade ao público. O primeiro em questão exhibe artefatos etnológicos das sociedades pré-industriais, em particular pré-hispânicas da América, mares do Sul e África Ocidental (SMB, 2007 :11-2).

3 Esse número se refere à Lista de Objetos da Coleção Pietzcker (Slg. Pietzcker 1880), de acordo com os Livros de Inventário de Etnologia Americana (Inventarbücher der Studiensammlung Amerikanische Ethnologie) e Atas de Aquisição do Museu Real de Etnologia (Erwerbungsakten aus Amerika Vol.6 und Vol.7, 1879-1881). Os itens indicados abaixo com (*) asterisco não se encontram mais disponíveis, constando nas Fichas de Catalogação (Karteikarten) como “perdas de guerra” (Kriegsverluste). São eles: VB 257*, VB 262*, VB 264*, VB 266*, VB 267*, VB 269*, VB 275*, VB 284*, VB 285*, VB 286*, VB 317*, VB 321* (Karg, 2007 :40-1).

4 O museu receberia, em seguida, novas instalações com a construção de um novo prédio entre os anos de 1880 a 1884, mas cuja inauguração veio a se dar somente em dezembro de 1886 (Fischer, Bolz & Kamel, 2007).

5 Tendo realizado extensa pesquisa em jornais de Pelotas e Rio Grande do início do século XIX, o historiador pelotense Marco Antônio Lírio de Mello (1994, 1995) atestaria que a presença do batuque nesta região já existia desde o início do século XIX. De fato, a partir das décadas de 70 e 80 do mesmo século, os jornais da região de Pelotas e Rio Grande

religiosa secreta dirigida por um “mago negro” (*Neger Zauberer*) à cerca de 100 negros e negras⁶, os artefatos teriam permanecido apreendidos em uma delegacia da província riograndense, destinados à destruição, até serem adquiridos pelo colecionador por meio de uma suposta “doação ao hospital local” (Hermannstädter, 2002 :25), cuja contribuição permitiu retirá-los de seu contexto original e enviá-los como “presente de acolhida” ao então recém diretor do *Königliches Museum für Völkerkunde*, o etnólogo Adolf Bastian⁷, considerado o pai fundador da disciplina *Völkerkunde* (antropologia alemã).

21 O MUSEU ETNOLÓGICO DE BERLIM



Imagem 1 – *Ethnologisches Museum Berlin* (2012).

Imagem2 – *Ethnologisches Museum Berlin* (1886), recém fundado em Berlim. Créditos: Autora.

apresentam, com alguma regularidade, em suas páginas policiais, matérias sobre cultos de matriz africana. Nos jornais *Correio Mercantil* e *Jornal do Comércio*, de Pelotas, bem como no jornal *Gazeta Mercantil* de Rio Grande, por exemplo, podem ser lidas recorrentes prisões de “feiticeiros” e “feiticeiras” (cfe. *Jornal do Comércio*, Pelotas, 9 abr. 1878; *Correio Mercantil*, Pelotas, 15 mar. 1877). Já em Porto Alegre, as notícias relativas ao Batuque datam da segunda metade do século XIX, quando supostamente teria se dado a migração de escravos e ex-escravos da região de Pelotas e Rio Grande para a capital (Oro, 2002 :349).

⁶ Conforme mencionado na própria carta escrita por Wilhelm Pietzcker a Adolf Bastian. Fonte: *Erwerbungsakten aus Amerika Vol. 6/1987-80 (EM)*.

⁷ Diretor do museu etnográfico de Berlim de 1873 a 1905.



Imagens 3, 4, 5 – Equipe de trabalho do Museu (2011 – 2012).

Pesquisadora Restauradora: Frau Helene Tello. Pesquisador Colaborador: Herr Malareck.

Pesquisadora Visitante: Ana Paula Lima Silveira. Créditos: Autora.

Embora a coleção tenha chegado a Berlim em julho de 1880, ela só viria a ser conhecida durante a exposição *“Deutsche am Amazonas – Forscher oder Abenteurer? Expeditionen in Brasilien 1800-1914”*⁸ ocorrida em 2002 no Museu Etnológico de Berlim. Esta exposição tratava justamente deste olhar alemão sobre uma sociedade cuja organização em tudo diferia dos parâmetros até então conhecidos. Ela trouxe pela primeira vez ao alcance do público o maior acervo de objetos etnográficos brasileiros existentes fora do país (Elias, 2002 :18). Cerca de uma década antes da abolição da escravatura se dar, os artefatos retratam o ambiente social e histórico dos escravos africanos no Sul do Brasil, estando entre os mais antigos e raros testemunhos da religião afrobrasileira (Pinto, 2002; Herrmanstädter, 2002).

Tendo sido objeto de estudo do etnomusicólogo brasileiro Tiago de Oliveira Pinto (2002) em uma primeira ocasião e, logo em seguida, da etnóloga alemã Silke Karg (2007), pode-se afirmar que a coleção Pietzcker (*Sammlung Pietzcker 1880*) recebeu certa atenção de ordem investigativa. Como exemplo disso, o artigo intitulado *“Religiöse*

⁸ “Alemães na Amazônia – Pesquisadores ou Aventureiros? Expedições no Brasil 1800-1914” [tradução]. Exposição Temporária no Museu Etnológico de Berlim de 18.04.2002 a 10.11.2002.

Kultobjekte afrikanischer Sklaven in Brasilien” publicado no catálogo da exposição pioneira⁹ atenta pela primeira vez para o mais antigo documento histórico dos cultos religiosos de escravos africanos no Brasil existente em um museu. O empenho do autor por uma tentativa de recontextualização etnográfica dos objetos históricos adota, contudo, como universo empírico de referência um contexto regional completamente distinto – neste caso São Paulo e Rio de Janeiro – daquele de sua real procedência. Diferentemente de Karg (2007) cujo artigo “*Afro-brasilianische Kultobjekte aus Rio Grande do Sul – die Sammlung Pietzcker*” denota, apesar da ausência de uma proposta etnográfica, uma contextualização historiográfica de maior consistência fruto de pesquisa intensiva advinda de um estágio de dois anos da etnóloga junto ao museu, Tiago Pinto (2002) se envereda por uma análise distinta, de cunho etnográfico, baseada em possíveis comparações entre o conjunto de objetos do passado com os objetos e utensílios rituais do “presente”, provocando a inserção de registros visuais da coleção em contexto etnográfico, isto é, diante de alguns sacerdotes de religião (nesse caso, sacerdotes de candomblé). Importantes suposições são levantadas em uma primeira tentativa de categorização dos artefatos que parte desde a descrição dos materiais utilizados em sua confecção, dos usos e significados que cada um adquire tendo por referência a mitologia dos orixás e as suas simbologias, bem como os territórios que os envolvem e a que pertencem.

3 I OS ARQUIVOS: ATAS DE AQUISIÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Mas, neste caso em particular, com esta coleção de artefatos da religiosidade afro-brasileira, como seria possível utilizar determinados objetos, transformados em “documentos” e mantidos em um museu particular, como “fonte”, “texto” e pretexto para um encontro etnográfico? Seria possível experimentar um tipo particular de diálogo, relação e encontro etnográfico a partir de práticas supostamente limitadas aos pesquisadores de arquivos e historiadores, tais como “ler documentos”, “ver imagens/objetos” ou “ouvir sons/vozes”? Como compartilhar a experiência solitária e, por vezes, autoritária de ler, decifrar e interpretar o que se abriga em coleções e arquivos? Até que ponto registros feitos por outrem sobre o nosso passado colonial, transformados pelos regimes de verdade próprios dos arquivos e museus, poderiam “fazer sentido” e incitar a produção de novas narrativas, não só sobre o passado convertido em “documento”, mas também sobre o presente tornado relevante e sujeito a novas leituras e encontros? É justamente inspirada por esses questionamentos que proponho aqui refletir sobre as ambiguidades e tensões derivadas da experiência etnográfica vivenciada num campo igualmente marcado pelos encontros e relações diversas de conhecimento: o museu e o arquivo (Cunha, 2005 :17).

9 „Deutsche am Amazonas – Forscher oder Abenteurer?: Expeditionen in Brasilien 1800 bis 1914“. In: *Veröffentlichungen des Ethnologischen Museums Berlin, N.F. 71*, Fachreferat Amerikanische Ethnologie IX. Staatliche Museen zu Berlin - Preußischer Kulturbesitz, Ethnologisches Museum. 2., unveränd. Aufl. Berlin: Lit Verlag, 2005. p. 56-65. [2002]

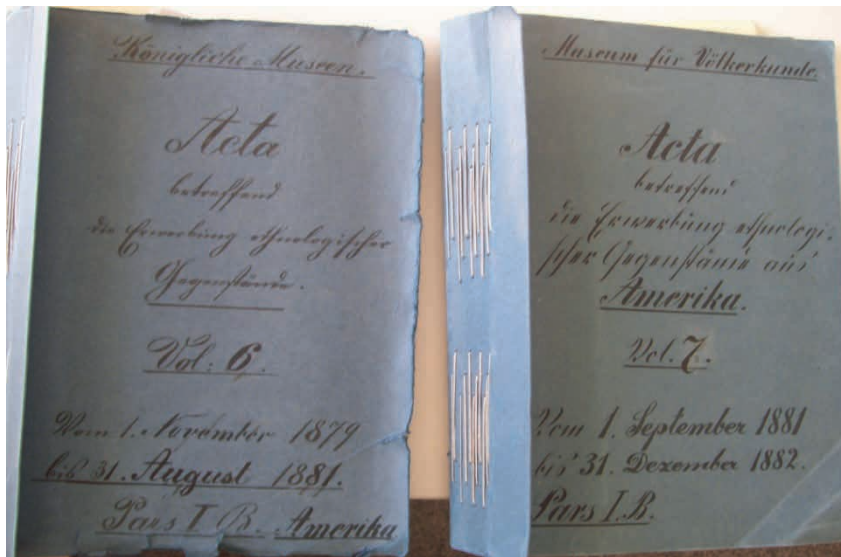


Imagem 6 – Atas de Aquisição do Museu Real de Etnologia
(*Erwerbungsakten aus Amerika Vol.6 und Vol.7, 1879-1881*). Créditos: Autora.

De um ponto de vista metodológico, a proposta ora aqui presente reflete sobre o uso de fontes arquivísticas na pesquisa antropológica e sua relação com a produção etnográfica. Propõe, em outros termos, também uma “etnografia do/nos arquivos” (Cunha, 2005; Castro & Cunha, 2005), cujo esforço implica em uma releitura dos significados atribuídos às coleções etnográficas e de seus usos na pesquisa de campo e na etnografia. Cunha (2004), em um texto a propósito dos arquivos da antropóloga norte-americana Ruth Landes, identifica um *locus* de ambigüidade inerente ao arquivo: onde começa e termina – no caso de Ruth Landes como, arriscaria eu, de qualquer outro profissional – o domínio do “pessoal” e o domínio do “profissional” (idem, p. 296). Esta ambigüidade não é solúvel pela própria classificação arquivística; distinguir “arquivo pessoal” de “arquivo etnográfico” parece, pelo contrário, iludir o fato de qualquer arquivo – uma hipótese que gostaria de contrapor – conter as fontes para sua interpretação etnográfica. Conforme observam os antropólogos Celso Castro e Olívia Maria da Cunha (2005), cada vez com mais intensidade, antropólogos têm realizado um tipo de trabalho de pesquisa – nos arquivos e sobre arquivos – tradicionalmente associado a historiadores ou arquivistas. Além de utilizar arquivos como fonte de conhecimento para a produção de suas análises, desde, pelo menos, os anos 1980, os antropólogos têm refletido sobre a natureza de registros documentais transformados em *fontes* e, em alguns casos, têm produzido e/ou organizado arquivos e coleções a partir de uma perspectiva antropológica¹⁰.

10 Ainda assim, persiste, entre o público em geral e no mundo acadêmico (mesmo entre os próprios antropólogos), a idéia de uma associação privilegiada da antropologia com um modelo de pesquisa de campo consagrado desde a clássica introdução de Malinowski a *Argonautas do Pacífico Ocidental*, de 1922.

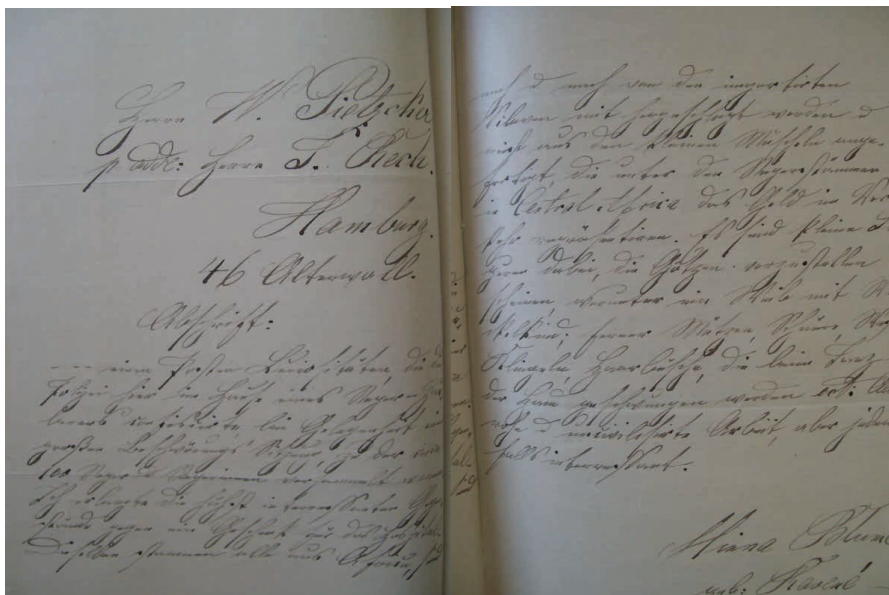


Imagem 7 – Carta escrita por *Frau Minna Blume* (intermediária de Herr Wilhelm Pietzcker) descrevendo os objetos, e dirigida ao então Fundador do *Herr Adolf Bastian*. A carta teve de ser restaurada conforme pode-se ver na imagem a seguir. *Créditos: Autora.*

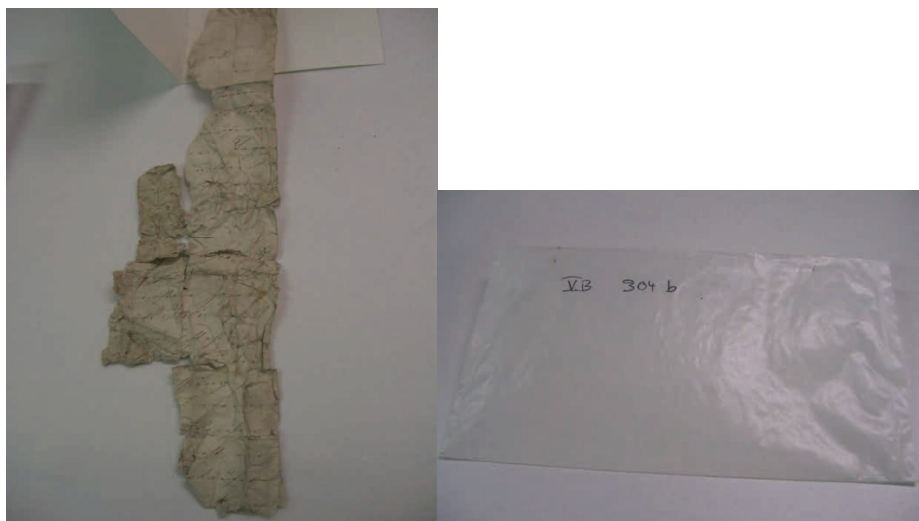


Imagem 8 – Reconstituição da Carta (VB 304a; VB 304b). *Créditos: Autora.*

A questão é que, neste caso em especial, tratam-se ainda de objetos sagrados da religiosidade afro-brasileira retirados de seu contexto original (Rio Grande/Rio Grande do Sul no ano de 1880) por um viajante-comerciante alemão. Segundo as atas de aquisição das Américas presentes e estudados por mim no Museu (e conforme constam na *Nota de Rodapé 12*) indicam em tudo uma rede de relações muito bem traçadas por alemães

com diferentes interesses e de diferentes origens em busca de materiais no mínimo “interessantes” no intuito de compor os “gabinetes de curiosidades” do que viria a se tornar o primeiro Museu de Etnologia Alemã, em Berlim, com data de fundação de 1886 e que Adolf Bastian idealizava como sendo “Um Arquivo Universal da Humanidade” (Fischer, Bolz, & Kamel, 2007).

Já quanto ao objetivo geral desta proposta de trabalho busco compreender as narrativas de mulheres afrodescendentes provenientes de comunidades afro-religiosas locais do extremo sul brasileiro (Rio Grande, São José do Norte e Pelotas) acerca de imagens de tais artefatos rituais de cultos de matriz africana retirados de seu contexto original em 1880, disponíveis na referida coleção berlinense, sendo necessário para tais fins apresentar e cruzar com a documentação (imagens dos artefatos e atas de aquisição do museu, principalmente) existente na Alemanha, discutindo o contexto religioso dos objetos, descrevendo-os em conjunto com suas simbologias, trazendo-os para uma imersão etnográfica junto a tais comunidades afro-gaúchas (ver exemplo a seguir).



Imagens de trabalho de campo. Local: **Reino de Iansã e Cabocla Juremita** (Rio Grande/RS).

(Agosto/2022). *Créditos: Autora.*

4 | OBJETOS RELIGIOSOS DE ESCRAVOS AFRICANOS DO EXTREMO SUL DO BRASIL



Imagens 9 e 10 – *Acutá* para o Orixá Xangô. Créditos: Autora.

Um propósito central de uma etnografia do arquivo é articular, ao correr do tempo, os formatos móveis das redes de agentes sociais que em torno do arquivo se vão formando, reformando e alterando. As relações que entre si e com o arquivo estabelecem; as posições relativas que vão ocupando e permitindo práticas específicas nessa configuração. Já os objetos, quaisquer objetos – é outro fator heurístico da análise de artefatos – são agentes sociais. Não porque sejam, por si próprios, dotados de intencionalidade, mas por atuarem por delegação humana (Gell, 1998) e, usualmente, em associação com agentes humanos. Em torno de qualquer objeto se sustenta uma rede de agentes, humanos e não humanos, que animam a materialidade do arquivo numa relação de determinação mútua (Latour, 1989 e 1991).

O universo empírico que trago ora aqui neste artigo se trata de um recorte; recorte de minha proposta de tese (em andamento). A esta altura se faz relevante tanto do ponto de vista arquivístico quanto do ponto de vista etnográfico e museológico, também articular este estudo de caso, cuja contribuição só vem ao encontro do desenvolvimento de uma temática até os dias de hoje esparsamente documentada. A história da escravidão africana e seus rituais religiosos no extremo Sul do Brasil ainda permanecem lacunas nos estudos da área. Trabalhando com uma combinação de novas fontes, estou conduzindo – para além da já realizada etnografia de arquivos e de museus na Alemanha – uma tentativa de (re)contextualização etnográfica da coleção junto às comunidades de afrodescendentes estudadas anteriormente (Silveira, 2020). Abaixo é possível se vislumbrar a categorização dos objetos da coleção Pietzcker, conforme consta nas atas e documentação do Museu Etnológico de Berlim.

5 | A CATEGORIZAÇÃO DOS ARTEFATOS RITUAIS

5.1 Insígnias Sagradas (Ferramentas dos Orixás)



VB 268 – *Espada para Ogum.*



VB 263 – *Faca com adjá para Ogum.*



VB 273 – *Ieruxin para lansã (crina de cavalo).*



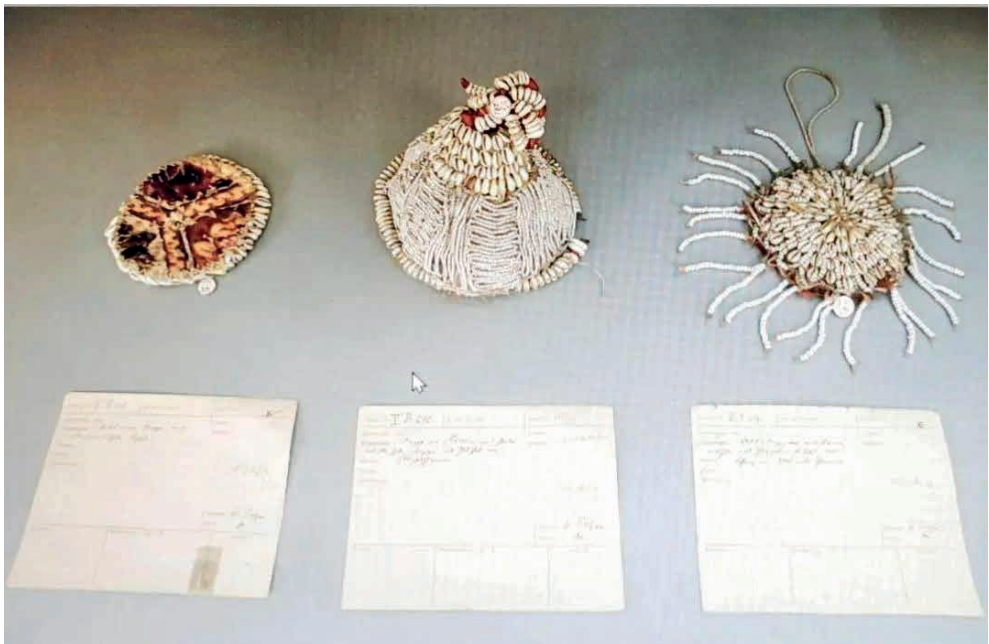
VB 268 – *Oxê para Xangô.*

Imagens 11 e 12. *Créditos: Autora.* Imagens 13 e 14. *Créditos: Autora.*

5.2 Adornos rituais dos iniciados



VB 283, VB 315, VB 320
Pulseiras dos Iniciados



Imagens 15 e 16 – Adornos. Chapéus (abaixo). *Créditos: Autora.*

5.3 Recipientes sacrificiais



VB 288, 289 – Recipiente sacrificial aos orixás, de duas partes com representação de uma cabeça com dois chifres.



VB 296 – Recipiente sacrificial aos orixás, feito de madeira e revestido com búzios e miçangas.

Imagens 16 e 17. Créditos: Autora.

5.4 Figuras antropomórficas



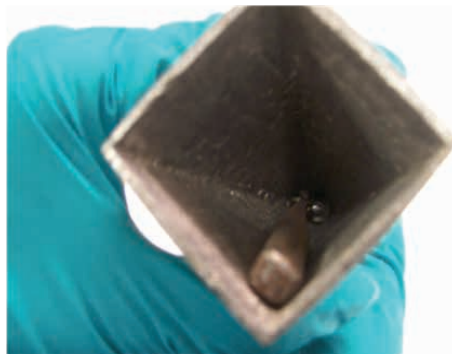
VB 271 – Boneca de madeira revestida de tecido vermelho. Figura feminina com criança embaixo de um dos braços.



VB 302 – Boneca de madeira, revestida de tecido vermelho. Figura masculina, carregando um machado embaixo de um dos braços.

Imagens 18 e 19. Créditos: Autora.

5.5 Instrumentos musicais



VB 255 – Adjá (sino) de estanho, com figura de pomba.

Imagem 20. Créditos: Autora.

5.6 Categorias outras e/ou desconhecidas



VB 308 – Behälter

Imagem 21 – Objeto sem uso aparente. Créditos: Autora.

Sobre o caráter e a metodologia de pesquisa pode ser afirmado que o ‘campo’ são os arquivos e a coleção etnográfica depositada no Museu Etnológico de Berlim. Neste caso, o recorte a ser estudado se encontra em documentos, objetos, atas, correspondências, narrativas e relatos de viagem, conforme vimos anteriormente¹¹. Como se trata também de material histórico foi necessário combinar métodos históricos de pesquisa com abordagens antropológicas de observação e interpretação (Dülmen, 2001). Além disso, o ‘campo’ teve de ser “multilocalizado”, como na proposta etnográfica de Marcus (1986, 1995). Na verdade, a proposta acaba reunindo uma pluralidade de aportes metodológicos – uma vez que tal objeto exige uma combinação de diferentes abordagens que vão desde a arquivística, a historiográfica até a etnográfica – cuja investigação buscará seguir as linhas interpretativas do que se denomina na Alemanha *Empirische Kulturwissenschaft* (Ciências Culturais Empíricas)¹² também conhecida por Antropologia Cultural, caracterizada pela combinação de particular abordagem empírica em conjunto com o uso de métodos qualitativos. “*Por esse viés, a pesquisa em arquivo não aparece como antítese da pesquisa de campo, e sua transformação em uma etnografia não é vista com ceticismo*” (Cunha, 2004, p. 293).

6 | CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A esta altura cabe fazer uma síntese deste artigo. Em breves palavras, procurei estabelecer alguns princípios de análise de objetos com base no exercício etnográfico. Explorei o exercício etnográfico como uma prática relacional, que envolve riscos, mas que tem as vantagens de uma grande plasticidade na inventariação e análise de contextos sociais, os quais por sua vez, existem apenas sem relação. Os “objetos”, como mencionado anteriormente, são “coisas” (Ingold). A vantagem de pensar o “objeto” como “coisa material” reside na possibilidade de retirar dele as condições – que ele próprio encerra – de sua análise etnográfica. Essa análise implica transcender as fronteiras de que o objeto se entetece e com as quais se nos apresenta em forma terminada. Uma etnografia do/no “museu” e/ou do “arquivo” implicam tomá-los por pontos nodais de redes sobrepostas de relações sociais. É, nessa medida, uma etnografia de destituição.

Implica partir deles e destituí-los, permanentemente, de sua condição de coisa terminada, e procurar – nas suas prateleiras, gavetas, fichas, textos, imagens, registros,

11 Foi dada prioridade às atas de aquisição do museu no período compreendido entre 1878 e 1886 e às correspondências oficiais de Adolf Bastian com as supostas redes de contatos internacionais traçadas entre Berlim, Hamburg e a então Província do Rio Grande do Sul, rede esta formada por colecionadores, comerciantes, diplomatas, cientistas, entre outros.

12 Nesse caso, portanto, as Ciências Culturais Empíricas percebem a cultura como o permanente arranjo de regras e significados, de acordo com os quais grupos e sociedades vivem em conjunto, comunicam e também distinguem-se uns dos outros, como eles lidam com o patrimônio natural e cultural e que imagem eles próprios têm dessas relações. Aliada a essa combinação de métodos da Antropologia Cultural (*Volkskunde*) e da Etnologia Alemã (*Völkerkunde*). Por possuir uma variedade de domínios de investigação, a abordagem metodológica que lhe acompanha pode incluir desde a investigação de fontes de arquivo e a análise da cultura material, bem como a pesquisa de campo com uso de imagens, análise de fotografia e de vídeos, assim como análise do discurso. Como ciência com particular abordagem empírica, também se utilizam métodos qualitativos, tais como pesquisa de campo, observação participante, “entrevistas narrativas” – e “descrições densas”.

anotações e por aí a fora – os enunciados de sua própria constituição; procurar os ritmos da progressiva acumulação, ou reformulação de seus materiais e acompanhar os agentes que mobilizaram critérios de relevância; compreender as razões de suas escolhas; contextualizar as condições de sua aplicação; inventariar as redes de circulação de práticas, sujeitos e ações que foram gravitando em torno do “arquivo”, incluindo nelas as que ultrapassam seu âmbito, mas, eventualmente, afetam sua dinâmica. A mesma analogia também se pode fazer com relação à uma etnografia do museu, conforme se pôde vislumbrar ao longo do artigo. O que seria – acredito – exercer de um modo exaustivo as possibilidades da etnografia de um arquivo e de um museu. Uma etnografia afinada por um programa deliberado de recusar tomar o arquivo e o museu e os seus efeitos instituintes como ‘coisa acabada’, como um *opus operatum*, para, programaticamente, o restituir povoado de diversos e, frequentemente conflitais, *modus operandi*, realizados por sujeitos concretos, em configurações históricas particulares.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. “ArchiveandAspiration”. In: Brouwer, Joke; Mulder, Arjen (ed.). *InformationisAlive*. Rotterdam: V2_Publishing/NAI Publishers, 2003. Disponível em: www.appadurai.com/pdf/arch_esp.pdf. Acesso em: 27 de maio 2011.

Bastide, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1971. [1960]

_____. *Estudos Afro-Brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973. [1953]

_____. *The African Religions of Brazil. Toward a Sociology of the Interpenetration of Civilizations*. Baltimore & London: John Hopkins University Press, 1978.

Boas, Franz. *Antropologia Cultural*. 6ª ed. (Tradução Celso Castro). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

Bolz, Peter. „Feldforschung in Berlin: Yup'ik-Älteste erforschen ihre eigene Kultur im Ethnologischen Museum“. In: *Baessler-Archiv N.F.52*, p. 209-212, 2004.

BRUNNEAU, Philippe. De l'Image. *Ramage – Revue d'Archéologie Moderne et d'Archéologie generale, fascicule IV*. Paris: *Centre d'archéologie moderne et contemporaine de l'Université de Paris-Sorbonne*, p. 249-295, 1986. Tradução de « Conclusion – L'archeologie de l'image » (Conclusão – A arqueologia da imagem).

_____. “Fontes textuais e vestígios materiais: reflexões sobre a interpretação arqueológica”. In: HAIGANUCH SARIAN (Comp.). *Arqueologia: Reflexão e Discurso*. São Paulo: 1994. pp. 3-17.

Cacciatore, Olga Gudolle. *Dicionário de cultos afro-brasileiros. Com origem das palavras*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Instituto Estadual do Livro, 1977.

Castro, Celso & Cunha, Olívia Maria Gomes da. “Quando o campo é o arquivo”. In: *Estudos Históricos n° 36*, p. 3-5, Rio de Janeiro, 2005.

Clifford, James. "Museums as contact zones". In: *Routes, Travel and Translation in the late twentieth century*. Cambridge, Massachusetts e Londres: Harvard University Press, 1997.

Corrêa, Norton F. Os vivos, os mortos e os deuses: um estudo antropológico sobre o batuque do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFRGS), 1988.

_____. "Panorama das Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul". In: Oro, Ari Pedro (org.). *As religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. p. 9-46.

Costa, Maria Cristina C. "Etnografia de arquivos – entre o passado e o presente". In: *Matrizes* Ano 3, N° 2, jan./jul., 2010, p. 171-186.

Cunha, Olívia Maria Gomes da. "Tempo Imperfeito: uma etnografia de arquivo". In: *Mana* 10(2), p.287-322, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v10n2/25162.pdf>.

_____. "Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografia do/nos arquivos". In: *Estudos Históricos* n° 36, p.7-32, Rio de Janeiro, 2005.

Dos Anjos, José Carlos Gomes. No território da Linha Cruzada: A cosmopolítica afro-brasileira. Porto Alegre: Ed. UFRGS e Fundação Cultural Palmares, 2006. [1993]

Dülmen, Richard van. *Historische Anthropologie*. 2. Aufl. (UTB für Wissenschaft, 2254).

Köln, Weimar, Wien: Böhlau, 2001. Eisleb, Dieter. „Abteilung Amerikanische Archäologie“. In: *100 Jahre Museum für Völkerkunde Berlin. Baessler-Archiv N.F. XXI*, 1973. p. 175-217.

Fienup-Riordan, Ann. *The Living Tradition of Yup'ik Masks: Agayuliyararput (Our Way of Making Prayer)*. Seattle, London: University of Washington Press, 1996.

_____. "Yup'ik Elders in Museums: Fieldwork Turned on Its Head". In: *Arctic Anthropology* Vol. 35, N°2, No Boundaries: Papers in Honor of James W. Vanstone (1998), p. 49-58. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40316487>.

_____. "Yup'ik Elders in Museums: Fieldwork Turned on Its Head". In: Laura Peers and Alison K. Brown (eds.). *Museums and sources communities: A Routledge Reader*. London, New York: Routledge, 2003, p. 28-41.

_____. (ed.). *Ciuliamta Akluit/ Things of our Ancestors: Yup'ik Elders explore the Jacobsen Collection at the Ethnologisches Museum Berlin*. (Translated by Marie Meade). Seattle, London: University of Washington Press, 2005a.

_____. *Yup'ik Elders at the Ethnologisches Museum Berlin. Fieldwork Turned on Its Head*. (Foreword by Peter Bolz). Seattle, London: University of Washington Press, 2005b.

Fischer, Manuela; Bolz, Peter and Susan Kamel (Eds.). *Adolf Bastian and His Universal Archive of Humanity. The Origins of German Anthropology*. Hildesheim, Zürich, New York: Georg Olms Verlag, 2007.

Fonseca, Maria Cecília L. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Iphan: antecedentes, realizações e desafios. In: SCHLEE, Andrey R. (org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº35, 2017. p. 158-170.

Frank, Erwin H. "Viajar é preciso. Theodor Koch-Grünberg e a Völkerkunde alemã do século XIX". In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2005, v. 48, nº 2, p.559-584.

Ginzburg, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2ª ed./4a reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Goldstein, Ilana. "Reflexões sobre a arte 'primitiva': o caso do Musée Branly". In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre ano 14, n. 29, p. 279-314, jan./jun. 2008.

Haas, Richard. „Brasilien an der Spree: Zweihundert Jahre ethnographische Sammlungen in Berlin“. In: *Veröffentlichungen des Ethnologischen Museums Berlin, N.F.71, Deutsche am Amazonas - Forscher oder Abenteurer?: Expeditionen in Brasilien 1800 bis 1914*. Staatliche Museen zu Berlin - Preußischer Kulturbesitz, Ethnologisches Museum. 2., unveränd. Aufl. Berlin: Lit Verlag, 2005. p.16-25. [2002]

Hartmann, Horst. „Abteilung Amerikanische Naturvölker“. In: *100 Jahre Museum für Völkerkunde Berlin. Baessler-Archiv N.F. XXI*, 1973. p. 219-258.

Hermannstädter, Anita. „Brasilien - Land der Zukunft. Naturkundliche Expeditionen 1800-1831“. In: *Veröffentlichungen des Ethnologischen Museums Berlin, N.F. 71, Deutsche am Amazonas - Forscher oder Abenteurer?: Expeditionen in Brasilien 1800 bis 1914*. Staatliche Museen zu Berlin - Preußischer Kulturbesitz, Ethnologisches Museum. 2., unveränd. Aufl. Berlin: Lit Verlag, 2005. p. 26-43. [2002]

____. „Symbole kollektiven Denken. Adolf Bastians Theorie der Dinge“. In: *Idem, ibidem*. p. 44-55.

____. „Abenteurer Ethnologie: Karl von den Steinen und die Xingú-Expeditionen“. In: *Idem, ibidem*. p. 66-85.

____. „Eine vergessene Expedition. Wilhelm Kissenberth am Rio Araguaya 1908-1910“. In: *Idem, ibidem*. p. 106- 131.

Hermannstädter, Anita. „Deutsche am Amazonas – Forscher oder Abenteurer? Expeditionen in Brasilien 1800- 1914. Auseinandersetzung mit fremdem Lebenswelten. Sonderausstellung im Ethnologischen Museum Berlin vom 18.4.-10.11.2002“. In: *Deutsch-Brasilianische Hefte. Tópicos 3/2002*. Berlin, Bonn: eine Publikation der Deutsch-Brasilianischen Gesellschaft e.V. und des Lateinamerika-Zentrums, 2002, p. 22-25.

Herskovits, Melville. "Deuses Africanos em Porto Alegre". In: *Revista Província de São Pedro*, nº. 11 (marjun). Porto Alegre: Ed. Globo, 1948. p. 63-70.

Junge, Peter (Org.). *Museum Guide. Ethnologisches Museum Berlin*. Berlin: Prestel Verlag, 2007.

Karg, Silke. „Afro-brasilianische Kultobjekte aus Rio Grande do Sul – die Sammlung Pietzcker“. In: *BaesslerArchiv Band 55*. Berlin: Dietrich Reimer Verlag, 2007. p. 19-41.

Karp, Ivan and Lavine, Steven D. (Eds.). *Exhibiting cultures: the poetics and politics of museum display*. Washington: 1991. 14

____. *Museums and communities: the politics of public culture*. Washington [u.a.]: Smithsonian Institution Pr., 1993.

König, Viola. „(Ein)Sammeln, (Ab)Kaufen, (Aus)Rauben, (Weg)Tauschen: Zeitgeist und Methode ethnographischer Sammlungstätigkeit in Berlin“. In: *Lob zum Sammeln*. 2005.

Köpping, Klaus-Peter. *Adolf Bastian and the Psychic Unity of Mankind. The Foundations of Anthropology in Nineteenth Century Germany*. St. Lucia/London/New York, 1983.

Laytano, Dante de. “O Negro no Rio Grande do Sul”. In: *Estudos-Ibero-Americanos* 21(1), 1995, p.119-160.

Maestri Filho, Mário José. *O escravo no Rio Grande do Sul. A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984.

Marcus, George E. “Contemporary Problems of Ethnography in the Modern World System”. In: Clifford, James & Marcus, George (Eds.). *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*, pp. 165-193. Berkeley, CA: University of California Press, 1986.

____. “Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnographies”. In: *Annual Review of Anthropology* 24, 1995, p. 95-117.

Oro, Ari Pedro (Org.). *As religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

____. *Axé Mercosul. As religiões afro-brasileiras nos países do Prata*. Petrópolis: Ed. Vozes 1999.

____. “Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul. Passado e Presente”. In: *Estudos Afro-Asiáticos* Vol. 24, N°2, Rio de Janeiro 2002, p. 345-384.

Peers, Laura and Alison K. Brown (eds.). *Museums and sources communities. A Routledge Reader*. London, New York: Routledge, 2003.

Penny, Glenn. *Objects of culture: Ethnology and ethnographic museums in Imperial Germany*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2002.

____. 2007. Pinto, Tiago de Oliveira. *Capoeira, Samba, Candomblé*. Tese de doutorado em Etnomusicologia (1CD Bahia/Brasil). Berlin: Staatliche Museen zu Berlin/Preußischer Kulturbesitz, 1990.

____. „Religiöse Kultobjekte afrikanischer Sklaven in Brasilien“. In: *Deutsche am Amazonas - Forscher oder Abenteurer?: Expeditionen in Brasilien 1800 bis 1914*. Staatliche Museen zu Berlin - Preußischer Kulturbesitz, Ethnologisches Museum. 2., unveränd. Aufl. Berlin: Lit Verlag, 2005. p. 56-65. [2002]

Porto, Nuno. “O museu e o arquivo do Império”. In: Basto, Cristiana; Almeida, Miguel Vale de. & FeldmanBianco, Bela. *Trânsitos Coloniais – diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas/SP: UNICAMP, 2007.

Possas, Helga Cristina Gonçalves. “Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural”. In: Figueiredo, Betânia Gonçalves & Vidal, Diana Gonçalves (Orgs.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argumentum, 2005. p. 151-162.

Prussat, Margrit. *Bilder der Sklaverei: Fotografien der afrikanischen Diaspora in Brasilien 1860-1920*.

Reuter, Astrid. *Voodoo und andere afroamerikanische Religionen*. München: Beck, 2003. Sanner, Hans-Ulrich. "Yup'ik Elders at Ethnological Museum Berlin. Towards Cooperation with Native Communities in Exploring Historic Collections". In: Fischer, Manuela; Bolz, Peter and Kamel, Susan (eds.). *Adolf Bastian and his universal Archive of Humanity. The origins of German Anthropology*. Hildesheim, Zürich, New York: Olms Verlag, 2007, p. 285-293. 15

Schmidt, Bettina. "Fetisch". In: *Wörterbuch der Völkerkunde. Grundlegend überarb. und erw. Neuausg.* Berlin: Reimer Verlag, 1999, p. 125.

Schwarcz, Lilia K. "A era dos museus de etnografia no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX". In: Figueiredo, Betânia Gonçalves & Vidal, Diana Gonçalves (Orgs.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argumentum, 2005. p. 113-136.

Silveira, Ana Paula Lima. *Batuque de Mulheres: Aprontando Tamboreiras de Nação nas Terreiras de Pelotas e Rio Grande, RS*. Belo Horizonte: Ed. Dialética, 2020.

SMB – Forschung bei den Staatlichen Museen zu Berlin, 2007. Disponível em: <http://www.smb.museum/forschung>

Verger, Pierre Fatumbi. *Orixás: Deuses iorubás na África e no Novo Mundo*. 6ª ed. Salvador: Ed. Corrupio, 2002.

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO – Pós-Doutor pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra - FPCE-UC Portugal (Área de concentração: Educação Superior e Políticas Educacionais), Professor Investigador - 2014-2016 -, supervisionado pela Dra. Teresa Pessoa; Pós-Doutor - pelo Instituto Politécnico da Escola Superior de Educação de Coimbra - IP-ESEC-Portugal (Área de concentração: Formação de Professores, Identidade e Gênero) Professor Investigador - 2017- 2021 -, supervisionado pela Dra. Filomena Teixeira. Doutor em Educação (Área de concentração: Estudos Culturais, na linha: Currículo, ciências e tecnologias) pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA, 2020-2023). Doutor em Ensino (Educação Matemática e Tecnologia) -, (Área de concentração: Alfabetização Científica e Tecnológica) pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES, 2018-2022), Doutor em Ciências da Religião (Área de concentração: Religião, Cultura e Sociedade, na linha: Religião e Movimentos Sociais) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - (PUC-Goiás, 2010 - 2014). Mestre em Teologia: Educação Comunitária, Infância e Juventude (EST, 2008) e Mestre em Ciências da Educação (UEP, 2009). Possui formação multidisciplinar com graduação em: Ciências Sociais (Faculdade Única), Filosofia (FBB), Matemática (UEG) e Pedagogia (ICSH). Especialista em - Gestão de Sala de Aula no Ensino Superior (UNIFIMES), Docência do Ensino Superior (UCAM) e em Matemática (ICSH). Atualmente é Professor Titular C-III da Fundação Municipal Integrada de Ensino Superior (FIMES/UNIFIMES, concursado desde 2014-) onde atua em atividades de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de graduação e pós-graduação, vinculado a Unidade Básica das Humanidades e Professor (P-IV Padrão E) da Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUC, concursado desde 1999 -) atuando no componente curricular de Matemática. Atua também como docente permanente nos seguintes programas Stricto Sensu: Programa de Pós-Graduação em Educação da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Paranaíba), na Linha 1, formação docente e diversidade (cooperação técnica), Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Inhumas (PPGEDU-FACMAIS), Linha 1 Educação, Instituições e Políticas Educacionais (EIPE) e, do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (Colaboração Técnica), na linha 2 Novas Formas de subjetivação e organização comunitária. Orientou: 1 projeto de pós-doutorado, 1 tese de doutorado, 18 dissertações de mestrado, 21 trabalhos de conclusão de curso de especialização, 113 trabalhos de conclusão de curso de graduação e 9 trabalhos de iniciação científica. Atualmente orienta: 9 dissertações de mestrado e 2 projetos de iniciação científica. Coordena o Grupo de Pesquisa (NEPEM). Associado à ANPED/Nacional. Associado à APEDUC - Associação Portuguesa para o Ensino das Ciências. Membro do comitê científico da Editora Atena (2019 -) e da editora Publishing (2020-); Editor-chefe da revista científica Novas Configurações Diálogos Plural (2020-). Avaliador do

Guia da Faculdade (2020-). Tem experiência na área da Educação atuando no eixo da Diversidade. Atualmente interessa-me pesquisa em dois blocos temáticos: I PROCESSOS EDUCATIVOS: Formação de Professores, Políticas Educacionais, Currículo, Desenvolvimento Profissional, Ensino e Tecnologia; II DIVERSIDADE: Estudos Culturais, Identidade, Representação, Gênero, Violência, Negritude, juventude, Religiosidade e Cultura. (Países em que esteve presente para atividades acadêmicas e técnicas e/ou manteve vínculos em trabalhos científicos: (Argentina, Alemanha, Colômbia, Cuba, Espanha, Cabo verde, Itália, Panamá, Paraguai, Portugal, México, Moçambique e Uruguai).

ELISÂNGELA MAURA CATARINO – Pós-doutorado em Educação pela Escola Superior de Educação de Coimbra - ESEC/PT (2017-2019) sob a orientação da Dra. Fátima Neves. Doutora em Educação pela Universidade Luterana do Brasil (2020-2023). Doutora em Ciências da Religião pela PUC-GO (2005 - CAPES 5) na Linha de Pesquisa Religião e Movimentos Sociais. Mestra em Teologia com especialização em Educação Comunitária Infância e Juventude pela EST (2010 - Conceito 5 CAPES). Especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Salgado de Oliveira (2007) e Docência do Ensino Superior pela FAMATEC (2012). Licenciada em Língua Portuguesa e inglesa e suas respectivas licenciaturas, pela Universidade Estadual de Goiás (2004), Licenciada em Filosofia pelo Instituto de Ciências Sociais e Humanas - ICSH (2003) e Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Paraná – FAP (2023). É servidora pública da Secretaria Estadual de Educação de Goiás - SEDUCE (1999 - Professora P-IV) e da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior (2015 - Professora Titular - CII), onde atua como professora na Pós-graduação e nos Cursos de Medicina Veterinária, Engenharia, Pedagogia, Educação Física e Psicologia. Colíder do Grupo de Pesquisa Psicologia, Processos Educativos e Inclusão da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); Pesquisadora no Grupo de Pesquisa NEPEM/UNIFIMES/CNPq. Professora colaboradora no Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - MPIES da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Atualmente trabalha com as seguintes temáticas: Literatura. Linguagem. Educação e Diversidade e Educação Especial com foco nos surdos.

DOSTOIEWSKI CHAMPANGNATTE – Pós-Doutor em Comunicação e Doutor em Educação pela UERJ; Mestre em Educação pela UNESA; Bacharel em Comunicação Social - Cinema pela UFF-RJ e Licenciado em Pedagogia pela Alfamérica. Dostoiewski é Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado em Educação) da Faculdade de Inhumas-FacMais (Goiás), no qual, tem três orientações concluídas e cinco em andamento. A Linha de Pesquisa em que atua é Educação, Instituições e Políticas Educacionais. Dostoiewski é Professor no Mestrado em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria, na Linha de Pesquisa Educação e Desenvolvimento

Regional. Dostoiewski foi Professor-Pesquisador Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO, no qual orientou cinco Dissertações de Mestrado. No total, Dostoiewski Champangnatte já orientou 14 Dissertações de Mestrado concluídas. Também na Universidade do Grande Rio, foi Professor do curso de Publicidade, por nove anos, atuando em disciplinas teóricas, de produção audiovisual e do eixo de marketing. Foi Coordenador de importantes Projetos de Extensão como o Curta-Documentário sobre Ciência e o Festival de Curtas e Vídeos Publicitários. Assim como, integrou o Núcleo de Educação a Distância, como Coordenador de Disciplinas. Tem experiência na área da Educação com ênfase em: Cinema e Educação; Currículo, políticas educacionais e formação de professores, EAD e tecnologias educacionais.

A

Antropologia 52, 54, 57, 65, 66, 67, 68

Arquivos 52, 56, 57, 60, 65, 67

B

Baixa Idade Média 2, 23, 24, 25, 32, 33, 38

C

Cidades 2, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40

Coleções etnográficas 52, 53, 57

D

Diversidade 11, 12, 13, 14, 15, 16, 27, 71, 72

E

Educação 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 21, 22, 71, 72, 73

G

Gilles Deleuze 2, 1

H

Higiene 2, 23, 24, 25, 31, 33, 34, 36, 37, 39

Historiografia 24, 25, 27, 38, 39

I

Inclusão 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 72

M

Michel Foucault 2, 1, 9

Museus 52, 53, 56, 60, 69, 70

P

Poder 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 15, 26, 27, 37, 44, 46

Políticas 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 28, 30, 71, 72, 73

R

Religiões Afro-brasileiras 52, 67, 69

HUMAN SCIENCES IN PERSPECTIVE:

reflections on culture, society
and behavior

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

HUMAN SCIENCES IN PERSPECTIVE:

reflections on culture, society
and behavior

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br